São Paulo

DATA MERCANTIL

R$ 2,50 | Sábado, 20, Domingo, 21 e Segunda-feira, 22 de abril de 2024 | Edição N º 1011

datamercantil.com.br

Lula concorda com distribuição de 50% dos dividendos extraordinários da Petrobras

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) deu sinal verde para o governo votar pela distribuição de 50% dos dividendos extraordinários da Petrobras.

A medida deve significar um ingresso de cerca de R$ 6 bilhões aos cofres da União, acionista controlador da empresa estatal.

A decisão do presidente de chancelar o voto do governo nessa direção foi tomada na tarde desta sexta-feira (19) após a avaliação de que a medida não vai comprometer o plano de investimentos da companhia.

Os outros 50% ficarão em uma reserva para uma nova avaliação do conselho de administração nos próximos meses.

Segundo um interlocutor do governo ouvido pela Folha, a decisão de Lula em concordar com a distribuição dos primeiros 50% não fecha a porta para o pagamento da outra parcela dos recursos no futuro.

A proposta original da diretoria da Petrobras já era fazer a distribuição de 50% dos R$ 43 bilhões de lucro adicional que a companhia teve em 2024 sob a forma de dividendos extraordinários. Isso representaria uma receita adicional de R$ 12,59 bilhões para a União.

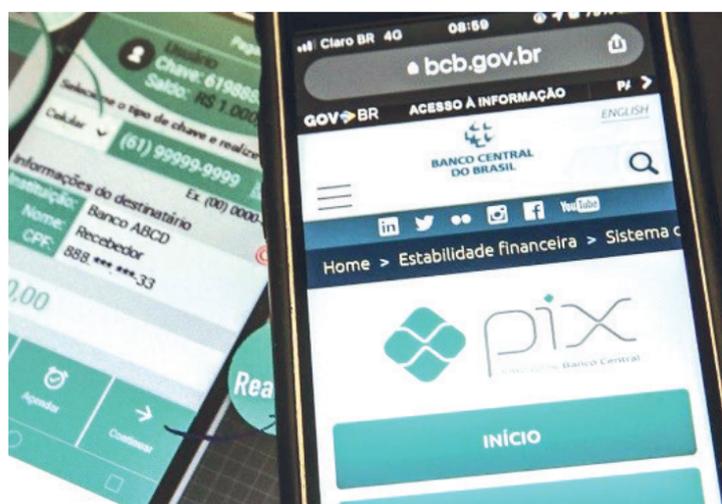
No entanto, a medida foi barrada no conselho de administração com apoio massivo dos representantes do governo. Na ocasião, o presidente da Petrobras, Jean Paul Prates, se absteve.

A decisão deflagrou uma escalada nos desentendimentos entre Prates e o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia), que atuou pela retenção dos dividendos.

O presidente da companhia passou a ser alvo de fogo amigo dentro do governo, com a especulação de nomes para substituí-lo no cargo. O processo de fritura de Prates se intensificou no início do mês, mas perdeu força nos últimos dias, garantindo a sobrevida do executivo no comando da estatal.

Garantir distribuição dos dividendos é um tema importante para o ministro Fernando Haddad (Fazenda), que usará os recursos para reforçar o caixa do governo e buscar a meta de déficit zero em 2024.

Idiana Tomazelli/Folhapress

Economia

Banco Central informa vazamento de 3.000 chaves Pix

Página - 03

Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

Página - 03

Herança em Bitcoin: como ter certeza de que suas criptomoedas vão para seus filhos?

Página - 05

Investidores se queixam de congelamento de saques em corretora de criptos brasileira

Página - 05

Política

Lula quer procurar Lira, Pacheco e outros ministros do STF para diminuir tensão entre Poderes

Página - 04

Fundo Phoenix compra Emae por R$ 1 bilhão na primeira privatização de Tarcísio em SP

Página - 04

No Mundo

Otan anuncia acordo para enviar ajuda à defesa antiaérea da Ucrânia

A Otan (Organização do Tratado do Atlântico Norte) decidiu enviar mais equipamentos para fortalecer a defesa antiaérea da Ucrânia, afirmou na sexta-feira (19) o secretário-geral da aliança militar, Jens Stoltenberg.

"A Otan fez um inventário das capacidades existentes (...) e há sistemas que podem ser disponibilizados à Ucrânia. Portanto, espero anúncios de mais remessas em breve", disse ele. O norueguês fez o anúncio no final de uma reunião por videoconferência na qual o presidente ucraniano, Volodimir Zelenski, também se pronunciou.

Zelenski descreveu o nível atual de ajuda estrangeira como "muito limitado" e disse que Israel não foi deixado sozinho para se defender durante o ataque aéreo do Irã no último sábado (13).

No encontro, os ministros da Defesa dos países da aliança "concordaram em fornecer mais apoio militar, incluindo defesa antiaérea", que a Ucrânia pede insistentemente para neutralizar os bombardeios da Rússia, que se intensificaram novamente nas últimas semanas. Os países estão em guerra desde fevereiro de 2022, quando Moscou invadiu o país do Leste Europeu.

Stoltenberg também saudou os esforços da Alemanha, que recentemente pediu aos países ocidentais para que transferissem sistemas de defesa antiaérea Patriot, de fabricação americana, para a Ucrânia. "Além do Patriot, há outras armas que os aliados [da Otan] podem fornecer, incluindo o SAM-T", disse o secretário-geral, em referência a outro sistema de mísseis.

Os países da Otan que não tenham equipamentos disponíveis comprometeram-se a fornecer apoio financeiro para a compra. Segundo o chefe da aliança, cada membro da aliança "decidirá com o que contribuirá".

"Os ministros reconheceram a urgência e prometeram apoio adicional em um futuro próximo", afirmou.

Folhapress

Chefe do Itamaraty pede 'máxima contenção' ao Irã após ataque atribuído a Israel

O ministro das Relações Exteriores do Brasil, Mauro Vieira, pediu "máxima contenção" ao regime do Irã após os ataques atribuídos a Israel contra o país persa, na madrugada de sexta-feira (19), em episódio que aumentou o temor de um conflito mais amplo no Oriente Médio.

Vieira conversou com seu homólogo iraniano, Hossein Amir-Abdollahian, em encontro bilateral na sede da Organização das Nações Unidas, em Nova York. "O Brasil apela a todas as partes envolvidas que exerçam máxima contenção e conclama a comunidade internacional a mobilizar esforços no sentido de evitar uma escalada", disse nota divulgada pelo Itamaraty. "Esse apelo foi transmitido diretamente pelo ministro Mauro Vieira ao chanceler do Irã." O iraniano, por sua vez, disse ser necessário interromper "os crimes do regime sionista [termo usado para se referir a Israel]" e estabelecer um "cessar-fogo duradouro" para que a região possa ter estabilidade e segurança, segundo a agência de notícias Reuters.

Mais cedo, Abdollahian minimizou a ofensiva contra o território iraniano ao dizer que não haviam sido registrados vítimas nem danos. "Os apoiadores do regime sionista na imprensa, em um esforço desesperado, tentaram transformar a derrota em vitória, mas os minidrones foram derrubados e não causaram danos nem vítimas", afirmou ele.

Analistas dizem que o ataque de sexta parece ter tido como alvo uma base da Força Aérea iraniana perto da cidade de Isfahan, na região central do país. O local escolhido, próximo de instalações nucleares, teria sido uma mensagem de Israel sobre o alcance de seu poderio militar, ainda que Tel Aviv não tenha usado aviões ou mísseis balísticos.

Folhapress

Homem ateia fogo em si mesmo diante do tribunal do julgamento de Trump

Um homem ateou fogo em si próprio na sexta-feira (19) em frente ao tribunal de Nova York onde Donald Trump está sendo julgado. Segundo a polícia local, ele foi retirado em uma maca, mas ainda não há informações sobre o seu estado de saúde.

De acordo com a rede de televisão CNN, o homem transformou-se em uma "tocha humana", antes da chegada da polícia. Ele usou um extintor para conter as chamas.

"Um homem ateou fogo em si mesmo fora do tribunal. Ainda estamos coletando detalhes no local", disse um porta-voz do Departamento de Polícia de Nova York.

Uma testemunha no local disse que viu o homem "jogando panfletos no ar". Depois, o viu se encharcar de um líquido de uma lata e se incendiar por alguns minutos. "Vejo um ser humano totalmente carbonizado", disse um repórter da CNN no ar.

Um cheiro de fumaça permaneceu na praça logo após o incidente, de acordo com uma testemunha da Reuters. Logo depois, um policial pulverizou um extintor de incêndio no chão, onde estavam uma mochila em brasas e uma lata. As autoridades rapidamente isolaram a área do incidente.

A cena aconteceu logo após o tribunal terminar de selecionar os jurados, 12 titulares e 6 suplentes, que selarão o destino de Trump neste julgamento histórico que vê um ex-presidente no banco pela primeira vez. "Temos o júri completo", anunciou o juiz Juan Merchan.

Trump responde à acusação de, durante a campanha eleitoral de 2016, ter comprado o silêncio de uma atriz pornô com quem teria tido um relacionamento. O ex-presidente diz ser inocente e nega que tenha se relacionado com Stormy Daniels. Na segunda (11), ele afirmou ser vítima de perseguição política.

Folhapress

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.:11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agricolas.

Rodagem: Diária *Fazemos parte da*

Banco Central informa vazamento de 3.000 chaves Pix

O Banco Central informou o vazamento de dados cadastrais de 3.020 chaves Pix de clientes do Banpará (Banco do Estado do Pará) na quinta-feira (18). Essa é a oitava ocorrência do tipo desde o lançamento do serviço de pagamentos, em 2020.

Em um comunicado, o BC afirma que o vazamento ocorreu devido a "falhas pontuais no sistema" do Banpará e diz que não foram expostos dados sensíveis, como senhas, informações sobre movimentações e saldos nas contas, ou "quaisquer outras informações sob sigilo bancário".

As vítimas serão notificadas por meio dos aplicativos e portais de internet banking de sua instituição de relacionamento. O comunicado da autarquia informa que nem o BC, nem as instituições participantes entrarão em contato de outras formas com os usuários afetados.

A ocorrência não implica, necessariamente, vazamento de todas as informações, mas que ficaram visíveis para terceiros durante um período.

Apesar de se tratar de um incidente menos abrangente do que vazamentos anteriores, o BC afirmou que decidiu divulgá-lo devido ao "compromisso com a transparência".

Em março deste ano, dois episódios semelhantes foram divulgados: cerca de 46 mil clientes da Fidúcia Sociedade de Crédito ao Microempreendedor e à Empresa de Pequeno Porte Limitada viram seus dados expostos, e, dias depois, o mesmo aconteceu com 87 mil chaves da Sumup Sociedade de Crédito.

O Pix é um sistema de pagamentos bancários gratuitos e instantâneos entre contas correntes, poupança ou pré-pagas. A partir do cadastro de uma "chave Pix" -que pode ser o CPF (Cadastro da Pessoa Física), um número de celular, endereço de email, ou uma chave aleatória -para identificar determinada conta bancária--, é possível enviar e receber quantias sem taxas.

A segurança do serviço está baseada em quatro pilares. O primeiro é a autenticação do usuário. Todas as transações devem ser iniciadas em ambiente seguro da instituição de relacionamento do cliente, acessado por meio e senhas ou outros dispositivos de segurança. Luana Franzão/Folhapress

Rendimento domiciliar do brasileiro chegou a R$ 1.848 em 2023

O rendimento médio mensal domiciliar per capita do Brasil chegou a R$ 1.848 em 2023. Esse é o maior valor já apurado no país e representa um crescimento de 11,5% ante o valor de 2022, R$ 1.658. O recorde anterior tinha sido em 2019 (R$ 1.744), ano que precedeu a pandemia da covid-19.

Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A pesquisa Rendimento de todas as fontes 2023 apura todas as formas de renda dos brasileiros, o que inclui dinheiro obtido com trabalho, aposentadoria, pensão, programas sociais, rendimento de aplicações financeiras, alugueis e bolsas de estudo, por exemplo. O IBGE aponta que em 2023, o Brasil tinha 215,6 milhões de habitantes. Desses, 140 milhões tinham algum tipo de rendimento. Isso representa 64,9% da população, a maior proporção registrada pela pesquisa iniciada em 2012.

Em 2022, eram 62,6%. O nível mais baixo foi atingido em 2021, no auge da pandemia. Eram 59,8%, mesmo patamar de 2012.

O levantamento calcula que 99,2 milhões de pessoas (46% da população) tinham no ano passado rendimentos obtidos por meio de formas de trabalho; e 56 milhões (26% da população), por meio de outras fontes.

O rendimento médio mensal recebido de todos os trabalhos foi estimado em R$ 2.979 em 2023, o que representa uma expansão de 7,2% em relação a 2022 (R$ 2.780). O maior resultado já calculado pelo IBGE foi em 2020, primeiro ano da pandemia, quando alcançou R$ 3.028.

Bruno de Freitas Moura/ABR

Renda dos 10% mais ricos é 14,4 vezes superior à dos 40% mais pobres

Em 2023, os 10% da população brasileira com maiores rendimentos domiciliares per capita tiveram renda 14,4 vezes superior à dos 40% da população com menores rendimentos. Essa diferença é a menor já registrada no Brasil. Os dados fazem parte de uma edição especial da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua), divulgada nesta sexta-feira (19) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

O levantamento mostra que os 10% da população com maior rendimento domiciliar por pessoa tiveram, no ano passado, renda mensal média de R$ 7.580. Já os 40% dos brasileiros com menor rendimento obtiveram R$ 527. Ambos os valores são os maiores registrados para cada faixa de renda.

Em comparação mais extrema, o 1% da população com maior rendimento tinha renda mensal (R$ 20.664) que chegava a 39,2 vezes à dos 40% de menor renda. Em 2019, a diferença era de 48,9 vezes – a maior já registrada.

A diferença de 14,4 vezes entre os 10% das maiores faixas de renda e os 40% das menores é a mesma de 2022. Em 2019, antes da pandemia de covid-19, a relação estava em 16,9 vezes. O ponto mais desigual - 17 vezes - foi atingido em 2021, auge da pandemia.

A série histórica do IBGE teve início em 2012, quando a relação era de 16,3 vezes. Desde então, os menores rendimentos cresceram em proporções superiores aos do topo da pirâmide. Por exemplo, os 5% menores rendimentos tiveram evolução de 46,5%, e os localizados entre 5% e 10% menores subiram 29,5%. Na outra ponta, a faixa dos 10% maiores cresceu 8,9%.

Em janela de tempo mais curta, também é possível encontrar um estreitamento da diferença. Em 2019, os 40% da população com menores rendas tiveram evolução nos rendimentos de 19,2%. Já os 10% com maiores rendimentos aumentaram registraram aumento de 1,51%.

Entre 2022 e 2023, enquanto o rendimento médio domiciliar por pessoa cresceu 11,5%, o segmento dos 5% mais pobres teve elevação de 38,5%. Bruno de Freitas Moura/ABR

Política

Lula quer procurar Lira, Pacheco e outros ministros do STF para diminuir tensão entre Poderes

O presidente Lula (PT) pretende buscar Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que comandam a Câmara e o Senado, respectivamente, além de outros ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), em um esforço para diminuir as tensões entre os Poderes.

Na sexta-feira (19), Lula já trata da sua articulação política em um almoço no Palácio do Planalto. Participam os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e Paulo Pimenta (Secom), além de líderes do governo no Congresso Nacional.

Também estão presentes os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); no Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP)

A reunião acontece logo após a participação da cerimônia do Dia do Exército, no quartel-general da força. O almoço teve início por volta das 12h30.

O petista se reuniu na última segunda-feira (15) com uma ala do Supremo, formada pelos ministros Gilmar Mendes, Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. O encontro ocorreu na casa de Gilmar. Estavam também no jantar os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

Na ocasião, Lula disse que pretendia buscar outros magistrados para conversas. O próprio presidente do STF, Luís Roberto Barroso, por exemplo, ficou de fora do encontro do início da semana. Na mesma linha, o presidente quer conversar com Lira e Pacheco.

Lula e os ministros do Supremo fizeram na segunda uma análise da conjuntura política atual e diagnosticaram que há muitos focos de tensão entre os Poderes e é preciso diminuí-los.

Embora não conste em sua agenda, há a possibilidade de Lula se reunir com Padilha e líderes aliados nesta sexta. Um dos objetivos do encontro seria para articular algumas dessas movimentações.

De um lado, o Senado e a Câmara têm demonstrado irritação com decisões da corte, sobretudo do ministro Alexandre de Moraes. Como consequência, ameaçam dar seguimento a projetos que miram o STF.

Folhapress

Moraes diz que Justiça está acostumada a combater 'mercantilistas estrangeiros' e 'políticos extremistas'

O presidente Lula (PT) pretende buscar Arthur Lira (PP-AL) e Rodrigo Pacheco (PSD-MG), que comandam a Câmara e o Senado, respectivamente, além de outros ministros do STF (Supremo Tribunal Federal), em um esforço para diminuir as tensões entre os Poderes.

Na sexta-feira (19), Lula já trata da sua articulação política em um almoço no Palácio do Planalto. Participam os ministros Alexandre Padilha (Relações Institucionais), Rui Costa (Casa Civil) e Paulo Pimenta (Secom), além de líderes do governo no Congresso Nacional.

Também estão presentes os líderes do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE); no Senado, Jaques Wagner (PT-BA); e no Congresso, senador Randolfe Rodrigues (sem partido-AP).

A reunião acontece logo após a participação da cerimônia do Dia do Exército, no quartel-general da força.

O petista se reuniu na última segunda-feira (15) com uma ala do Supremo, formada pelos ministros Gilmar Mendes, Flávio Dino, Alexandre de Moraes e Cristiano Zanin. O encontro ocorreu na casa de Gilmar. Estavam também no jantar os ministros Ricardo Lewandowski (Justiça) e Jorge Messias (Advocacia-Geral da União).

Na ocasião, Lula disse que pretendia buscar outros magistrados para conversas. O próprio presidente do STF, Luís Roberto Barroso, por exemplo, ficou de fora do encontro do início da semana. Na mesma linha, o presidente quer conversar com Lira e Pacheco.Lula e os ministros do Supremo fizeram na segunda uma análise da conjuntura política atual e diagnosticaram que há muitos focos de tensão entre os Poderes é preciso diminuí-los.

Embora não conste em sua agenda, há a possibilidade de Lula se reunir com Padilha e líderes aliados na sexta. Um dos objetivos do encontro seria para articular algumas dessas movimentações.

Ítalo Nogueira/Folhapress

Fundo Phoenix compra Emae por R$ 1 bilhão na primeira privatização de Tarcísio em SP

O Fundo Phoenix saiu vencedor do leilão de privatização da Emae, última empresa de energia controlada pelo Governo de São Paulo. Com uma oferta de R$ 70,65 por ação, o grupo arrematou toda a fatia que o estado possui na companhia, numa transação de mais de R$ 1,04 bilhão.

O certame marca a primeira desestatização da gestão de Tarcísio de Freitas. Antes mesmo de assumir o cargo, o governador prometeu que venderia a Emae primeiro para depois negociar a Sabesp, considerada a joia da coroa de sua agenda privatista.

Em uma disputa com muitos lances, o resultado superou com folga a arrecadação mínima esperada, de R$ 780 milhões. Além do Fundo Phoenix, outros dois grupos participaram do leilão desta sexta, a francesa EDF e a Matrix Energia. O preço mínimo por ação foi estabelecido no edital em R$ 52,85. O critério para definir o vencedor era quem oferecesse o maior ágio sobre esse valor.

A disputa foi decidida na etapa viva-voz, quando as proponentes vão aumentando seus lances. Como as ofertas enviadas por escrito tiveram uma diferença inferior a 20%, as empresas puderam fazer novas propostas.

Nas ofertas por escrito, o Fundo Phoenix ofereceu o melhor preço: R$ 58,15 (ágio de 10,03%). Já a EDF propôs pagar R$ 56,30 por ação (ágio de 6,53%). A Matrix Energia deu lance inicial de R$ 52,85 (sem ágio). Após 26 rodadas, o Fundo Phoenix deu o lance vencedor, com 33,68% de ágio, e levou todas as 14,75 milhões de ações que garantem o controle da companhia.

Remanescente da privatização da Eletropaulo, a Emae administra quatro usinas de energia no estado, que somam potência instalada de 960,8 MW (megawatts).

A maior parte dessa capacidade vem do complexo Henry Borden, em Cubatão, com capacidade instalada de 889 MW. A hidrelétrica é hoje o principal ativo da companhia, que também opera os reservatórios Billings, Guarapiranga, Rio das Pedras e Pirapora, bem como barragens, diques e balsas que atravessam esses sistemas.

Thiago Bethônico/Folhapress

Herança em Bitcoin: como ter certeza de que suas criptomoedas vão para seus filhos?

Criptomoedas são iguais a qualquer outro ativo em pelo menos um aspecto: você não pode levá-las após a morte. Mas se suas chaves privadas o acompanharem até o túmulo, não será possível nem deixar suas criptos como herança. Na verdade, cerca de US$ 140 bilhões em Bitcoin – cerca de um quinto da oferta total – podem estar perdidos para sempre, de acordo com a empresa de análise Chainalysis, e planejamentos sucessórios malfeitos podem estar na raiz do problema.

"Realmente não há como recuperá-los – em cripto não existe o botão 'esqueci a senha'", disse Nick Neuman, cofundador e CEO da fornecedora de carteiras de criptomoedas Casa, à Fortune.

No sistema financeiro tradicional, dinheiro deixado por uma pessoa morta pode ser recuperado por meio de bancos ou gestoras de ativos, mas a herança em criptomoedas é mais complexa devido a questões de custódia. Ao contrário das moedas fiduciárias, os criptoativos (incluindo os famosos NFTs) podem ser armazenados em vários locais: de carteiras "frias" de hardware, desconectadas da internet, a carteiras "quentes" online, ou em exchanges como Coinbase ou Binance.

Num momento em que pesquisas sugerem que muitas pessoas estão comprando criptomoedas para deixar para os filhos, como é possível deixar ativos digitais para a próxima geração?

Os herdeiros de criptomoedas deixadas de herança, assim como acontece com dinheiro ou imóveis, devem ser indicados em testamento, e se você deseja nomear um inventariante para acessar as chaves privadas, mas não herdar os bens, isso também deve ser declarado.

No entanto, a situação fica mais delicada se a intenção for atribuir ao seu advogado a função de administrador, pois a questão ainda é uma lacuna jurídica no mundo, disse o advogado de ativos digitais Max Dilendorf à Fortune. "É impossível", diz ele, afirmando que os reguladores ainda não abordaram essa questão. "É uma lacuna enorme", falou (no Brasil, que também ainda não regulamentou a herança em criptoativos, advogados aconselham o recolhimento de ITCMD).

Infomoney

Futuro de Bitcoin da B3 negocia 7,4 mil contratos no primeiro dia

O futuro de Bitcoin (BIT) lançado pela B3 registrou a negociação de 7,4 mil contratos no primeiro dia de operação, que ocorreu na quarta-feira (17). Além dos negócios concretizados, o produto recebeu cerca de 111 mil ordens de compra ou venda em tela.

"O momento é muito propício para a negociação do Bitcoin no mercado futuro. Estamos às vésperas do halving, que traz impacto para o preço da criptomoeda, e o mercado agora tem um instrumento apropriado para se proteger ou operar essa expectativa de variação de preço", afirma Marcos Skistymas, diretor de Produtos Listados da B3.

O halving é um evento que ocorre a cada quatro anos e tem como objetivo reduzir pela metade a remuneração dos mineradores de Bitcoin, controlando a oferta da criptomoeda para evitar a desvalorização.

O contrato disponibilizado na B3 tem vencimento mensal e valor de 0,1 bitcoin, ou seja, 10% do valor da criptomoeda em reais. A liquidação é exclusivamente financeira, ou seja, não há compra e venda de criptomoedas. Os resultados ocorrem sobre a variação de preço do Bitcoin.

No mercado futuro, o investidor se compromete a comprar ou vender um determinado tipo de ativo em uma data futura com um preço pré-determinado, de acordo com seu perfil de risco e estratégia.

Para negociar o futuro de bitcoin, os investidores de varejo precisarão depositar na corretora uma margem mínima de R$ 100 por contrato.

Os investidores que mantiverem posições nos contratos, ou seja, que não zerarem suas posições até o final do pregão, deverão depositar o equivalente a 50% do valor do contrato. O depósito da margem de garantia é um mecanismo usado para assegurar que ambas as pontas da operação cumpram com a obrigação financeira. As negociações do Futuro de Bitcoin acontecem das 9h às 18h30.

Infomoney

Investidores se queixam de congelamento de saques em corretora de criptos brasileira

Clientes da exchange brasileira de criptomoedas BitcoinToYou, uma das mais antigas do país, alegam que não estão conseguindo mais realizar saques na plataforma. Há dezenas de comentários no site de defesa do consumidor Reclame Aqui e nas redes sociais da empresa.

A reportagem do InfoMoney entrou em contato com o proprietário da empresa, André Horta, via aplicativo Whatsapp, mas não obteve retorno até a publicação desta matéria. Uma funcionária também foi contatada, mas não respondeu. O espaço fica aberto para o contraponto.

A empresa também deixou de reportar as transações no agregador CoinMarketCap, que compila as transações feitas nas exchanges. O volume de negócios na corretora nos últimos dias também despencou, segundo dados do livro de ofertas e análise feita pelo desenvolvedor Guilherme Steinkopf, a pedido da reportagem.

"Nós plugamos uma API e verificamos o volume dos últimos dias. Hoje, por exemplo, houve uma única operação de R$ 500 no par Bitcoin/BRL. No dia 18 de abril ocorreu apenas uma operação e no dia 17 somente quatro", falou. No aplicativo da corretora já não há mais botão de saques.

Os números de reclamações não param de crescer.

"Sou cliente desde a fundação da empresa. Há quase um ano venho tentando sacar meu dinheiro da BitcoinToYou e eles não permitem. Já mandei várias fotos de documentos e confirmações de dados. Já validei a minha conta dezenas de vezes. Não consigo sacar o meu dinheiro", escreveu um dos clientes.

"Estou tentando realizar saque/transferência via Pix do dinheiro que tenho na plataforma BitcoinToYou para minha conta corrente cadastrada, porém ao tentar realizar a transação, acontece um erro. Já faz dias que estou tentando retirar o valor que estou precisando e não resolvem o problema que está acontecendo na plataforma. Isto está me causando preocupação e está me prejudicando", disse outro cliente.

Infomoney

Edição impressa produzida pelo Jornal Data Mercantil com circulação diária em bancas e assinantes.
As íntegras dessas publicações encontram-se disponíveis no site: https://datamercantil.com.br/publicidade-legal
A autenticação deste documento pode ser conferido através do QR CODE ao lado

Grupo Safira

Safira Holding S.A.

CNPJ/MF nº 13.522.948/0001-59

Relatório da Administração

Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria. As Demonstrações completas estão disponíveis no site: http://www.ri.gpsafira.com.br/

Balanços Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	52	9	22.174	16.767
Títulos de valores mobiliários	4.501	4.205	7.408	8.126
Clientes	–	–	91.678	73.332
Impostos a recuperar	90	–	9.884	11.802
Outros ativos	980	971	2.928	3.015
Valor justo dos contratos de energia	–	–	158.953	294.507
Partes relacionadas	–	–	3.550	15.386
	5.623	**5.185**	**296.575**	**422.935**
Não circulante				
Valor justo dos contratos de energia	–	–	132.090	88.596
Títulos de valores mobiliários	–	–	1.872	–
Outros ativos	5.510	8.021	5.885	10.283
Partes relacionadas	26.217	20.640	6.013	5.583
Investimento	123.153	100.566	22.507	21.883
Imobilizado	–	–	39.510	31.835
Intangível	–	–	11.166	2.318
	154.880	**129.227**	**219.043**	**160.498**
Total do ativo	**160.503**	**134.412**	**515.618**	**583.433**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	19.896	13.770
Fornecedores	188	363	88.573	70.489
Obrigações tributárias	28	49	4.078	4.234
Obrigações trabalhistas	3	3	1.977	2.377
Valor justo dos contratos de energia	–	–	131.902	261.642
Outros passivos	2.541	102	10.128	7.043
Partes relacionadas	–	–	4.748	15.829
	2.760	**517**	**261.302**	**375.384**
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	–	–	31.908	21.964
Tributos diferidos	2.513	2.513	29.506	22.970
Valor justo dos contratos de energia	–	–	76.566	61.293
Partes relacionadas	53.372	43.200	11.573	7.820
Outros passivos	590	–	6.564	3.494
Perda com investimento	7.358	1.267	–	631
	63.833	**46.980**	**156.117**	**118.172**
Patrimônio líquido				
Capital social	62.879	11.010	62.879	11.010
Reserva legal	2.817	985	2.817	985
Reserva de investimentos	28.214	74.920	28.214	74.920
	93.910	**86.915**	**93.910**	**86.915**
Participação dos não controladores	–	–	4.289	2.962
Total do patrimônio líquido	**93.910**	**86.915**	**98.199**	**89.877**
Total do passivo e patrimônio líquido	**160.503**	**134.412**	**515.618**	**583.433**

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita operacional líquida	–	–	845.831	671.499
Custo operacionais	–	–	(818.407)	(634.624)
Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	22.406	24.137
Lucro bruto	**–**	**–**	**49.830**	**61.012**
Receitas/(despesas)				
Despesas gerais e administrativas	(2.148)	(1.496)	(22.199)	(22.589)
Equivalência patrimonial	26.911	26.524	3.687	(354)
Outras receitas/(despesas)	(3.919)	(5.591)	3.594	(1.794)
Resultado antes do resultado financeiro	**20.844**	**19.437**	**34.912**	**36.275**
Receitas financeiras	476	351	2.233	2.574
Despesas financeiras	(66)	(4)	(3.854)	(4.944)
	410	**347**	**(1.621)**	**(2.370)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**21.254**	**19.784**	**33.291**	**33.905**
Corrente	–	(77)	(3.692)	(4.374)
Diferido	–	–	(6.536)	(7.437)
Lucro líquido do exercício	**21.254**	**19.707**	**23.063**	**22.094**
Atribuído aos controladores		–	21.254	19.707
Atribuído aos não controladores		–	1.809	2.387
Quantidade por ações (mil)	11.010	10.976		
Lucro por ação (R$)	**1,93**	**1,80**		

Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Capital social	Reserva legal	Reserva de investimentos	Reserva de lucros	Lucros acumulados	Patrimônio líquido atribuído ao controlador	Participação dos não controladores	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2022	**10.010**	–	**–**	**61.377**	**–**	**71.387**	**977**	**72.364**
Transferência para Ad. referendum (AGE 13/03/2023) nº 17.a	–	–	61.377	**(61.377)**	–	–	–	–
Aumento de capital social	1.000	–	–	–	–	1.000	340	**1.340**
Reserva legal	–	985	–	–	(985)	–	–	–
Outras movimentações capital	–		(107)	–	–	(107)	575	**468**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	19.707	19.707	2.387	**22.094**
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	(5.072)	(5.072)	(1.317)	**(6.389)**
Transferência para reserva de investimentos			13.650	–	(13.650)	–		
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**11.010**	**985**	**74.920**	**–**	**–**	**86.915**	**2.962**	**89.877**
Transferência para Ad. referendum (AGE 13/03/2023) nº 17.a	51.869	769	(52.638)	–	–	–	–	**–**
Outras movimentações capital	–	–	–	–	–	–	(149)	**(149)**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	21.254	21.254	1.809	**23.063**
Reserva legal	–	1.063	–	–	(1.063)	–	–	**–**
Distribuição de dividendos	–	–	(9.168)	–	(5.091)	(14.259)	(333)	**(14.592)**
Transferência para reserva de investimentos	–	–	15.100	–	(15.100)	–	–	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**62.879**	**2.817**	**28.214**	**–**	**–**	**93.910**	**4.289**	**98.199**

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Resultados Abrangentes – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do exercício	**21.254**	**19.707**	**23.063**	**22.094**
Total do resultado abrangente do exercício	**21.254**	**19.707**	**23.063**	**22.094**

Demonstrações Individuais e Consolidadas dos Fluxos de Caixa – Método Indireto – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**21.254**	**19.707**	**23.063**	**22.094**
Ajustes que não afetam o caixa				
IR e CSLL diferido	–	–	6.536	7.437
Depreciações e amortizações	–	–	1.311	540
PECLD	–	–	(264)	60
Juros sobre empréstimos	–	–	4.655	4.180
Baixas de investimentos	–	1.455	–	1.337
Equivalência patrimonial	(26.911)	(26.524)	(3.687)	354
Distribuição desproporcional e outros	3.463	4.767	976	2.442
Resultado do valor justo de contratos de energia	–	–	(22.406)	(24.137)
	(2.194)	**(595)**	**10.184**	**14.307**
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo				
Clientes	–	–	(18.082)	16.579
Partes relacionadas	–	–	11.836	(9.210)
Impostos a recuperar	–	–	1.918	(2.214)
Outros ativos	2.502	(5.094)	4.485	(8.156)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	(175)	299	18.084	(3.228)
Obrigações trabalhistas	–	–	(400)	1.873
Partes relacionadas	–	–	(11.081)	5.549
Obrigações tributárias	(21)	48	(156)	379
Outros passivos	3.029	91	6.155	6.759
Caixa gerado das/(usado) nas ativid. operacionais	**3.141**	**(5.251)**	**22.943**	**22.638**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aporte nos investimentos	(1.882)	(1.464)	(696)	(111)
Dividendos recebidos	8.744	–	2.150	–
Recebimento na venda de investimentos	–	435	–	–
Outras movimentações capital	–	–	(149)	–
Títulos de valores mobiliários	(296)	(4.205)	(1.154)	(2.370)
Partes relacionadas	(5.577)	(14.985)	(430)	3.429
Adições ao imobilizado	–	–	(8.836)	(31.769)
Adições ao intangível	–	–	(8.998)	
Caixa gerado/(usado) nas ativid. de investimento	**989**	**(20.219)**	**(18.112)**	**(30.821)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Partes relacionadas	10.172	29.550	3.753	5.069
Captação dos empréstimos	–	–	30.621	23.916
Amortização dos empréstimos	–	–	(19.206)	(13.945)
Aumento de capital	–	1.000	–	1.000
Dividendos pagos	(14.259)	(5.072)	(14.592)	(6.390)
Caixa (usado nas)/gerado das atividades de financiamento	**(4.087)**	**25.478**	**576**	**9.650**
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**43**	**8**	**5.407**	**1.467**
Caixa e equivalentes de no início do exercício	9	1	16.767	15.300
Caixa e equivalentes de no final do exercício	52	9	22.174	16.767
Acréscimo líquido de caixa e equivalentes de caixa	**43**	**8**	**5.407**	**1.467**

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Valor Adicionado – Informação Suplementar – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receitas	**75**	**1.377**	**1.090.619**	**826.083**
Comercialização de energia e prestação de serviços	–	–	1.055.041	786.009
Resultado do Valor Justo de Contratos de Energia	–	–	24.424	26.597
Provisão de PECLD	–	–	264	(59)
Outras receitas	75	1.377	10.890	13.536
Insumos adquiridos de terceiros	**8.282**	**(8.326)**	**(990.278)**	**(736.423)**
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	–	–	(988.300)	(709.891)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	8.282	(8.326)	(1.978)	(26.532)
Valor adicionado bruto	**8.357**	**(6.949)**	**100.341**	**89.660**
Depreciação e Amortização	–	–	(1.311)	(554)
Valor adicionado líquido produzido pela empresa	**8.357**	**(6.949)**	**99.030**	**89.106**
Valor adicionado recebido em transferência	**27.387**	**26.875**	**5.920**	**2.220**
Resultado de equivalência patrimonial	26.911	26.524	3.687	(354)
Receitas financeiras	476	351	2.233	2.574
Valor adicionado total a distribuir	**35.744**	**19.926**	**104.950**	**91.326**
Pessoal	**159**	**132**	**10.230**	**10.679**
Remuneração direta	33	31	6.015	7.278
Benefícios	126	101	3.552	2.983
F.G.T.S	–	–	663	418
Impostos, taxas e contribuições	**11**	**84**	**55.115**	**55.754**
Federais	11	84	15.469	15.410
Estaduais	–	–	39.586	40.277
Municipais	–	–	60	67
Remuneração de capitais de terceiros	**61**	**3**	**2.283**	**3.784**
Despesas financeiras	61	3	2.283	3.784
Remuneração de Capitais Próprios	**35.513**	**19.707**	**37.322**	**21.109**
Dividendos	14.259	5.072	14.259	5.072
Lucros retidos	21.254	13.650	21.254	13.650
Participação dos não-controladores nos lucros retidos	–	985	1.809	2.387
Valor adicionado distribuído	**35.744**	**19.926**	**104.950**	**91.326**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Safira Holding S.A. ("Companhia" ou "Grupo Safira) é uma Sociedade Anônima de capital fechado constituída em 05 de abril de 2011, explora o ramo de atividade holding, participando no capital de outras sociedades, dedicadas primariamente às atividades de comercialização, geração e prestação de serviços de energia elétrica. A Companhia tem Sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 12º andar. As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Companhia relativa ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Safira" ou individualmente como "Companhia"). **a. Grupo Safira:** A Safira Holding S.A. tem participações em diversas empresas, cujas atividades são destinadas ao mercado de energia ou a negócios complementares, tais como fomento mercantil, inovação e prestação de serviços. A Companhia possui participação societária direta nas seguintes controladas ou *joint venture* (quando aplicável):

	Participação %	
Investida	**2023**	**2022**
Controladas:		
Safira Administração e Com. de Energia S.A.	99,99%	99,99%
Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.	88,75%	88,75%
Safira Trading Geração de Energia Ltda.	99,99%	99,99%
Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.	99,99%	60,00%
Safira Artemis Comercializadora de Energia Ltda.	99,00%	99,00%
Safira Venture Investimentos SPE Ltda.	99,00%	99,00%
Safira Gestão e Prest. de Serv. em Energia Ltda.	92,00%	92,00%
Safira Geração Distribuída SPE – Ltda.	77,50%	77,50%
Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.	100,00%	50,00%
Raison Processamento de Dados Ltda.	90,00%	95,00%
Safira 01Rj Administrativo Ltda	100,00%	–
Safira 02 Serv Adm Rj Ltda	100,00%	–
Safira 03 Serv Adm Rj Ltda	100,00%	–
Controladas em conjunto e outros investimentos:		
Safira VMF MC 01 Ass. e Consult. SPE Ltda.	50,00%	50,00%
Indra Comercializadora de Energias Ltda.	23,45%	27,85%
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	15,00%	–
Turya Energias Renovaveis Spe – Porteirinha Mg	50,00%	–
Turiya Renovaveis Holding Ltda. – R Fidalga, Sp	20,00%	–
Safira Porteirinha 1 Geração De Energia Spe Ltda	15,00%	–
Turiya Renovaveis Holding Ltda.	20,00%	–

▪ **Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.:** *Trading* de energia e principal empresa do grupo. Detém a mesa proprietária e o portfólio voltado à captura de movimentos de preços mercado (natureza especulativa); ▪ **Safira Varejo Comercialização de Energia Ltda.:** empresa desenvolvida para promover a venda de energia diretamente consumidores livres e especiais, não tomando risco de mercado; ▪ **Safira Trading Geração de Energia Ltda**.: Empresa que detém fundo de investimento exclusivo do grupo e realiza a operação de usina de 60 kW, localizada em Pedralva-MG, destinada à geração distribuída; ▪ **Safira Artemis Comercialização de Energia Ltda.:** empresa desenvolvida para a alocação de determinados contratos celebrados com consumidores livres de bom rating, destinados à prestação de garantia para operações estruturadas com bancos e contrapartes do mercado de energia; ▪ **Safira VMF MC 01 Assessoria e Consultoria Ltda.:** *joint Venture* criada com a VMF Gerenciamento e Participações Ltda. para a construção e operação da usina fotovoltaica Safira VMF MC 01, localizada em Montes Claros (GD) e destinada a clientes residenciais no modelo de geração distribuída; ▪ **Safira Venture Investimentos SPE Ltda.:** empresa desenvolvida para realização de investimento em startups do primeiro programa de aceleração da Safira, criado em 2018. A Safira Venture efetuou o investimento nas startups através de mútuo conversível em participação societária; ▪ **Safira Gestão e Prestação de Serviços em Energia Ltda**.: empresa destinada à prestação de serviços de gestão de energia para consumidores livres. Além disso, é a empresa que concentra o conjunto dos custos e despesas do grupo para o financiamento de suas atividades, tais como pagamento de funcionários, contratação de serviços terceirizados etc.; ▪ **Indra Comercializadora de Energias Ltda.:** a empresa coligada, tem por objeto: comércio atacadista de energia elétrica – representação, intermediação, compra, venda, importação e exportação, outorgado pela ANEEL no despacho nº3.291 de 26 de novembro de 2019, organizada e regida nos termos do seu contrato social e das demais disposições aplicáveis; ▪ **Safira On Consultoria e Sistemas Ltda.:** empresa criada em 2018, anteriormente denominada como Safira Capital Consultoria e Assessoria em Energia Ltda., para a prestação de serviços de consultoria em Energia; ▪ **Safira Geração Distribuída SPE Ltda.:** veículo que centraliza os investimentos do grupo em projetos de geração distribuída; ▪ **Safira Solar Consultoria e Sistemas Ltda.:** empresa voltada a prestação de serviços intermediando arrendamento de placas solares para consumidores cativos de MG; ▪ **Raison Processamento de Dados Ltda.**: empresa desenvolvida para a prestação de serviços de automatizações nos processamentos de dados e gerenciamento de riscos; ▪ **Safira Porteirinha 1 Geração de Energia Spe Ltda.:** empresa desenvolvida para a gestão de usinas e geração de energia elétrica; ▪ **Turiya Renováveis Holding Ltda.:** holding com controle da Indra Comercializadora de Energias Ltda. Consolidando empresas de geração e consórcios. As demais empresas com participação e sem descrição da atividade estão até o presente momento em fase pré-operacional.

Volume de venda / MWh	**2023**	**2022**
Venda de energia	7.316.792	5.459.374
Compra de energia	7.282.526	5.313.870

Marcelo Queiroz Davanzo – Diretor Financeiro

Odimar Bezerra Morais Junior – Contador CRC 1SP 310.478/O-1

As demonstrações financeiras completas referentes ao exercício findo em 31/12/2023 e o relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras completas estão disponíveis eletronicamente no endereço: **a)** https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/; **b)** http://www.ri.gpsafira.com.br/. O referido relatório do auditor independente sobre essas demonstrações financeiras foi emitido em 19/03/2024, sem modificações.

Grupo Safira

Safira Administração e Comercialização de Energia S.A.

CNPJ/MF nº 09.495.582/0001-07

Relatório da Administração

Apresentamos a V.Sas. as demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A Diretoria.

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais)*

Ativo	**2023**	**2022**
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	9.719	5.236
Títulos de valores mobiliários	756	706
Consumidores, concessionárias e permissionárias	60.143	49.257
Impostos a recuperar	7.152	10.280
Partes relacionadas-AC	37.209	24.840
Valor justo dos contratos de energia-AC	128.849	248.840
Outros créditos-AC	489	815
	244.317	**339.974**
Não circulante		
Valor justo dos contratos de energia – AÑC	97.227	65.388
Outros ativos – AÑC	391	413
Partes relacionadas – AÑC	37.987	28.577
Imobilizado	2.232	2.423
Intangível	4.490	261
	142.327	**97.062**
Total do ativo	**386.644**	**437.036**

Passivo e patrimônio líquido	**2023**	**2022**
Circulante		
Fornecedores	67.792	54.118
Empréstimos e financiamentos	6.393	12.818
Obrigações tributárias	761	1.200
Obrigações trabalhistas	31	103
Valor justo dos contratos de energia – PC	126.922	231.298
Partes relacionadas – CP	19.872	14.839
Outros passivos – CP	7.264	6.826
	229.035	**321.202**
Não circulante		
Tributo diferido – PÑC	7.001	9.365
Valor justo dos contratos de energia – PÑC	75.737	55.388
Partes relacionadas – LP	44.122	18.977
Outros passivos – LP	–	1.541
	126.860	**85.271**
Patrimônio líquido		
Capital social	10.010	10.010
Reserva Legal	704	365
Reserva de lucros	20.036	20.188
	30.750	**30.563**
Total do passivo e patrimônio líquido	**386.644**	**437.036**

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido *(Em milhares de Reais)*

		Reserva de lucros			
	Capital social	**Reserva legal**	**Retenção de lucros**	**Lucros e prejuízos**	**Total do patrimônio líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**10.010**	**204**	**17.745**	**–**	**27.959**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	3.216	**3.216**
Distribuição de lucros	–	–	–	(612)	**(612)**
Transferência para reserva de lucros	–	161	2.443	(2.604)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**10.010**	**365**	**20.187**	**–**	**30.563**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	6.781	**6.781**
Distribuição de dividendos	–	–	(6.593)	–	**(6.593)**
Reserva legal	–	339	–	(339)	**–**
Transferência para reserva de lucros	–	–	6.442	(6.442)	**–**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**10.010**	**704**	**20.036**	**–**	**30.750**

Demonstrações do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Receita operacional líquida	763.591	507.992
Custo operacionais	(748.548)	(490.395)
Resultado do valor justo de contratos de energia	(4.126)	1.628
Lucro bruto	**10.917**	**19.225**
Receitas/(despesas)		
Despesas gerais e administrativas	(11.664)	(14.582)
Outras receitas/(despesas)	9.666	1.863
Resultado antes do resultado financeiro	**8.919**	**6.506**
Receitas com financeiras	1.310	1.364
Despesas com financeiras	(3.155)	(3.485)
	(1.845)	**(2.121)**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	**7.074**	**4.385**
Corrente	(2.657)	(756)
Diferido	2.364	(413)
Lucro líquido do exercício	**6.781**	**3.216**
Quantidade por ações (mil)	**10.010**	**10.010**
Lucro por ações – R$	**0,68**	**0,32**

Demonstrações do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Lucro líquido do exercício	6.781	3.216
Total do resultado abrangente do exercício	**6.781**	**3.216**

Demonstração do Fluxos de Caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de Reais)*

	2023	**2022**
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro/(prejuízo) líquido do exercício	**6.781**	**3.216**
Ajustes que não afetam o caixa		
IR e CSLL diferido	(2.364)	413
Depreciações e amortizações	923	(501)
PECLD	264	75
Juros sobre empréstimos	1.152	3.128
Juros sobre empréstimos – CPC 20	(1.316)	–
Resultado do valor justo de contratos de energia	4.126	(1.628)
	9.566	**4.703**
Decréscimo/(acréscimo) nas contas de ativo		
Clientes	(11.150)	17.666
Impostos a recuperar	3.128	(1.208)
Outros ativos	348	(715)
Partes relacionadas	(12.369)	–
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo		
Fornecedores	13.675	(11.219)
Obrigações trabalhistas	(72)	(358)
Obrigações tributárias	(439)	102
Outros passivos	(1.105)	5.604
Partes relacionadas	5.032	–
Caixa gerado das (usado) nas atividades operacionais	**6.614**	**14.575**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Títulos de valores mobiliários	(50)	(706)
Adições ao imobilizado	(618)	(513)
Adições ao intangível	(3.028)	
Caixa gerado/(usado) nas atividades de investimento	**(3.696)**	**(1.219)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Dividendos pagos	(6.593)	(612)
Partes relacionadas	15.735	(6.953)
Captação de empréstimos	6.300	1.000
Pagamento de empréstimos	(13.877)	(12.893)
Caixa (usado nas) gerado das atividades de financiamento	**1.565**	**(19.458)**
Acréscimo líquido/(decréscimo) no caixa e equivalentes de caixa	**4.483**	**(6.102)**
Caixa e equivalentes de no início do exercício	5.236	11.338
Caixa e equivalentes de no final do exercício	9.719	5.236
Décrescimo líquido no caixa e equivalentes de caixa	**4.483**	**(6.102)**

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional: A Safira Administração e Comercialização de Energia S.A., ou ("Companhia") é uma Sociedade Anônima, constituída em 31 de março de 2008, tendo por objetivo social o comércio atacadista de energia elétrica, sendo autorizado pela ANEEL no despacho nº 2.066, de 28 de maio de 2008, organizada e regida nos termos do presente contrato social e das demais disposições aplicáveis. A Companhia tem sede na cidade de Barueri, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 500, 12ºAndar, Bairro Alphaville Industrial. A Companhia tem por objeto: ▪ Comercialização de energia elétrica, (atividade principal); ▪ Intermediação de negócios em geral, relacionadas a comercialização de energia elétrica; ▪ Prestação de serviços de consultoria relacionados a investimento, planejamentos e comercialização em geral de energia elétrica; ▪ Participação em outras sociedades comerciais ou civis, nacionais ou estrangeiras, independentemente do tipo societário da sociedade investida. **a) Volume energético:**

Venda de energia	**Total**
MWh 2023	5.340.664
MWh 2022	3.648.152
Compra de energia	**Total**
MWh 2023	6.065.068
MWh 2022	3.510.788

Considerando as exigências da REN 1.014/22, a Companhia está classificada como tipo 1 (Sem limitação para o registro de montantes de venda no sistema de contabilização e liquidação da CCEE). Todas as exigências regulatórias foram cumpridas até a emissão dessas demonstrações contábeis. Em 2023 a Companhia possui projetos em andamento, vide Nota Explicativa nº09.

A Diretoria

Odimar Bezerra Morais Junior – Contador CRC 1SP 310.478/O-1

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 30.914.898/0001-74

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanço Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
Ativo	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	22.510	7.116	73.291	38.378
Contas a receber	–	–	88.434	87.556
Ativo financeiro	–	–	116.877	125.965
Dividendos a receber	23.385	15.453	–	–
Impostos a recuperar	4.031	3.640	13.697	9.889
Outros ativos	61	32	1.210	870
	49.987	**26.241**	**293.509**	**262.658**
Não Circulante				
Ativo financeiro.	–	–	634.842	600.532
Impostos a recuperar.	–	–	17.079	12.996
Aplicações financeiras.	–	–	10.653	10.867
Outros ativos.	96	90	993	560
	96	**90**	**663.567**	**624.955**
Investimentos	582.649	526.827	–	–
Imobilizado	850	834	3.575	3.871
Intangível	840	8	259.534	289.546
	584.339	**527.669**	**263.109**	**293.417**
Total do Ativo	**634.422**	**554.000**	**1.220.185**	**1.181.030**

	Controladora		Consolidado	
Passivo e Patrimônio Líquido	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Circulante				
Fornecedores	154	475	18.763	19.310
Fornecedores – Confirming	–	–	18.484	15.204
Empréstimos e financiamentos	–	–	54.286	63.681
Debêntures	–	–	6.702	4.547
Dividendos a pagar	14.536	67.701	14.536	67.701
Arrendamentos	–	–	–	27
Obrigações trabalhistas	4.898	4.056	9.756	8.567
Impostos e contribuições a recolher	305	629	4.995	4.894
Imposto de renda e contribuição social a recolher	–	131	2.278	2.641
Impostos diferidos	–	–	10.981	10.794
Outros passivos	220	1.351	823	1.662
	20.113	**74.343**	**141.604**	**199.028**
Não Circulante				
Empréstimos e financiamentos.	–	–	138.150	190.200
Debêntures.	–	–	60.596	56.964
Impostos e contribuições a recolher.	–	–	823	1.148
Imposto de renda e contribuição social diferidos	–	–	190.857	182.224
Impostos diferidos.	–	–	73.199	71.011
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	–	–	546	798
Atualização de Debêntures	17.061	–	17.061	–
Outros passivos.	3.219	–	3.320	–
	20.280	**–**	**484.552**	**502.345**
Patrimônio Líquido				
Capital social	187.471	187.471	187.471	187.471
Debêntures Conversíveis em Ações	257.973	–	257.973	–
Reserva legal	32.186	29.126	32.186	29.126
Reserva de lucros	116.399	263.060	116.399	263.060
	594.029	**479.657**	**594.029**	**479.657**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**634.422**	**554.000**	**1.220.185**	**1.181.030**

Demonstração do Resultado

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Receita líquida dos serviços prestados	**9.368**	**8.957**	**371.634**	**377.549**
Custo de serviço prestado	(1.398)	(1.793)	(124.058)	(117.934)
Lucro bruto	**7.970**	**7.164**	**247.576**	**259.615**
Receitas (despesas) operacionais				
Gerais e administrativas	(19.041)	(17.457)	(76.652)	(65.220)
Resultado de equivalência patrimonial	94.600	121.891	–	–
Outras receitas (despesas) operacionais	(9.584)	(6.323)	(8.588)	(5.814)
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	**73.945**	**105.275**	**162.336**	**188.581**
Receita financeira	1.206	1.492	7.161	9.275
Despesa financeira	(17.219)	(30)	(57.948)	(45.972)
Resultado financeiro, líquido	**(16.013)**	**1.462**	**(50.787)**	**(36.697)**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	**57.932**	**106.737**	**111.549**	**151.884**
Corrente	–	(2.863)	(35.367)	(23.131)
Diferido	3.271	3.271	(14.979)	(21.608)
Lucro líquido do exercício	**61.203**	**107.145**	**61.203**	**107.145**
Resultado básico e diluído por ação	**0,33**	**0,57**		

Demonstração do Resultado Abrangente

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro líquido do ecercício	61.203	107.145	61.203	107.145
Outros resultados abrangentes	–	–	–	–
Resultado abrangente do exercício	**61.203**	**107.145**	**61.203**	**107.145**

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

	Capital social							
	Subscrito	**A integralizar**	**Integralizado**	**Outorga de Ações**	**Debêntures Conv. Ações**	**Reserva Legal**	**Reserva de Lucros**	**Total Patrimônio Líquido**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	**200.001**	**(12.530)**	**187.471**	**620**	**–**	**23.769**	**217.719**	**429.579**
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	107.145	107.145
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	5.357	(5.357)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(25.447)	(25.447)
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	(31.000)	(31.000)
Outorga de ações	–	–	–	(620)	–	–	–	(620)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**200.001**	**(12.530)**	**187.471**	**–**	**–**	**29.126**	**263.060**	**479.657**
Debêntures Conversíveis em Ações	–	–	–	–	257.973	–	–	257.973
Lucro líquido do exercício	–	–	–	–	–	–	61.203	61.203
Constituição de reserva legal	–	–	–	–	–	3.060	(3.060)	–
Dividendos mínimos obrigatórios	–	–	–	–	–	–	(14.536)	(14.536)
Distribuição de dividendos	–	–	–	–	–	–	(190.268)	(190.268)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**200.001**	**(12.530)**	**187.471**	**–**	**257.973**	**32.186**	**116.399**	**594.029**

Demonstração dos Fluxos de Caixa

	Controladora		Consolidado	
Atividades operacionais	**2023**	**2022**	**2023**	**2022**
Lucro antes do IRPJ e CSLL	57.932	106.737	111.548	151.884
Depreciação e amortização	9.996	9.755	25.322	25.177
Bônus de adimplência e descontos	–	–	(1.320)	(1.530)
Apropriação custo de captação de financiamentos e debentures	–	–	960	885
Outorga de ações	–	(620)	–	(620)
Atualização monetária do ativo financeiro de concessão	–	–	(144.641)	(172.653)
Atualização monetária debentures	–	–	5.380	–
Equivalência patrimonial	(94.600)	(121.891)	–	–
Provisões e reversões para riscos trabalhistas	–	–	(252)	(62)
Juros emprestimos, debêntures e arrendamentos	17.061	–	50.263	43.489
Ajuste a valor presente	–	–	(509)	(2.773)
Outros	–	7	–	7
Fluxos de caixa operacionais antes das movimentações no capital de giro	**(9.611)**	**(6.012)**	**46.751**	**43.804**
Variações nos ativos e passivos:				
Contas a receber	–	–	(707)	(22.816)
Estoques	–	–	–	–
Impostos a recuperar	(391)	(1.235)	(7.891)	(2.080)
Outras contas a receber	–	91		(11.680)
Fornecedores	(321)	(264)	(548)	8.196
Pis e cofins diferidos	–	–	1.639	1.852
IRPJ, contribuição social	–	(2.204)	(6.867)	(9.122)
Partes relacionadas, líquidas	–	313	–	313
Ativo financeiro da concessão	–	–	132.000	120.025
Obrigações trabalhistas	842	(1.249)	1.189	(372)
Impostos a recolher	(323)	275	(1.395)	2.684
Outras contas a pagar	2.055	1.351	1.710	1.345
Caixa gerado nas operações	**1.862**	**(2.922)**	**119.130**	**88.345**
Pagamento de IRPJ e CSLL	(131)	(528)	(26.956)	(14.843)
Pagamento de juros sobre financiamento, debêntures e arrendamentos	–	–	(34.319)	(39.318)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	**(7.880)**	**(9.462)**	**104.606**	**77.988**

	Controladora		Consolidado	
	2023	**2022**	**2023**	**2022**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado	(62)	(664)	(195)	(984)
Aquisição de ativo intangivel	(1.164)	–	(1.164)	–
Aplicações Financeiras	–	–	(93)	(580)
Aquisição de ativo financeiro (custo de obra)	–	–	(12.581)	(17.349)
Recebimento de dividendos	24.500	80.488	–	–
Recebimento de Juros sobre capital próprio	–	18.948	–	–
Aporte de Capital na investida	–	(3.600)	–	–
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	**23.274**	**95.172**	**(14.033)**	**(18.913)**
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos				
Ingresso de empréstimos	–	–	–	18.889
Fornecedores e prestadores de serviços – Confirming	–	–	3.618	2.561
Amortização de empréstimos, debêntures e arrendamentos	–	–	(59.585)	(36.521)
Resgate/(aplicação) de depósitos vinculados	–	–	–	(1.386)
Dividendos pagos	(257.973)	(106.700)	(257.973)	(106.700)
Aplicação depósitos vinculados	–	–	307	–
Debêntures Conversíveis em Ações	257.973	–	257.973	–
Outorga de ações	–	–	–	–
Caixa líquido consumido pelas atividades de financiamentos	**–**	**(106.700)**	**(55.660)**	**(123.157)**
Redução (aumento) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**15.394**	**(20.990)**	**34.913**	**(64.082)**
Caixa e equivalentes no início do exercício	7.116	28.106	38.378	102.460
Caixa e equivalentes no final do exercício	22.510	7.116	73.291	38.378
Variação do caixa e equivalentes de caixa	**15.394**	**(20.990)**	**34.913**	**(64.082)**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

1. Contexto Operacional – A OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia" ou "OPY Health"), foi constituída em 12 de julho de 2018, com sua sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Júnior, 1098, Sala 57, Edifício It Office, Itaim Bibi, São Paulo-SP, tendo como objeto social a gestão de ativos e participações societárias em outras sociedades no setor de saúde, hospitalar e laboratorial. O capital social inicial da Companhia, subscrito na data da sua constituição, foi de 1.000 ações, correspondente a R$ 1 (mil reais). Em 26 de agosto de 2019, a Companhia teve sua denominação social alterada para OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. (anteriormente denominada IG4 Healthcare Participações S.A.). Em 23 de setembro de 2019, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia, mediante a subscrição de 200.000.000 duzentos milhões de ações, aumentando o capital social para R$ 200.001. Em outubro de 2019 e em janeiro de 2020, houve aporte de capital de R$ 501 e R$ 670, respectivamente, pelo FIP PE SOPP Fundo de Investimento em Participações II para custeio das despesas, ainda em sua fase pré-operacional.

2. Opy e Suas Controladas	**2023**	**2022**
ONM Health S.A. (a)	100,00%	100,00%
OZN Health SPE S.A. (b)	100,00%	100,00%
OPY Serviços Hospitalares S.A. (c)	100,00%	100,00%

Diretor Presidente	**Diretor Financeiro**	**Contador Responsável**
Otavio Ferreira da Silveira	Rogério Bolzani Caldas	Ronney Donizete Fernandes – CRC 1SP 286.064/O-3

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Conselheiros, Acionistas e Administradores da
OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da OPY Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia e suas controladas continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de março de 2024.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Danilo Namura Lombardoso
Contador CRC nº 1 SP 278829/O-3

Deloitte.

Publicidade Legal

DM Instituição de Pagamento S.A.

CNPJ/ME nº 16.581.207/0001-37 – NIRE 35.300.439.295

Ata de Assembleia Geral Ordinária realizada em 11 de abril de 2024

Data, Hora e Local: 11/04/2024, às 09:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença dos representantes da totalidade do capital social. **Mesa:** Sr. Denis Cesar Correia ("Presidente"); e Sr. Tharik Camocardi de Moura ("Secretário"). **Deliberações tomadas por unanimidade: (i)** Aprovar, integralmente, as contas dos administradores, o balanço patrimonial, demonstrações financeiras e o resultado econômico da Companhia, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicadas na versão impressa e na internet do Jornal Valor Econômico em 02/04/2024; e disponibilizadas no site da Companhia https://www.vocedm.com.br/portal/sobre/informativos-financeiros; **(ii)** Aprovar a destinação do resultado líquido do exercício encerrado em 31/12/2023, conforme a seguir: foram apurados lucros no valor de R$ 48.060.553,68, dos quais: **(a)** R$ 2.403.027,68 foram destinados para a conta de Reserva Legal; **(b)** R$ 31.781.993,24, foram destinados para a Reserva de Lucros; **(c)** R$ 13.875.532,76 foram destinados aos acionistas a título de Dividendos obrigatórios, dos quais: **c1)** R$ 11.290.747,55 foram distribuídos antecipadamente a título de Dividendos Intermediários de 2023, à conta dos lucros apurados no período compreendido entre 01/01/2023 e 30/06/2023, e **c2)** o saldo de R$ 2.584.785,21 serão distribuídos conforme base acionaria desta data; **(iii)** Aprovar a reeleição, para um mandato de 2 anos a contar desta data, de: (I) **Denis César Correia,** RG nº 20.446.916-8 SSP/SP, CPF/ME nº 103.540.518-06, para o cargo de **Diretor Presidente**, (II) **Juan Pablo Garcia Agudo,** RG nº 6.486.850-3 SSP/SP, CPF/ME nº 089.123.768-29, para o cargo de **Diretor sem Designação Específica;** e (III) **Tharik Camocardi de Moura**, RG nº 43.942.901-8 SSP/SP, CPF/ME sob o nº 369.358.358-79, para o cargo de **Diretor Financeiro da Companhia**. Os Diretores ora reeleitos tomam posse, neste ato, e declararam, sob as penas da lei, que: (i) não estão impedidos de exercerem a administração da Companhia, por lei especial, ou em virtude de condenação criminal, ou por se encontrarem sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; (ii) possuem reputação ilibada; e (iii) não têm interesses conflitantes com o da Companhia. **Encerramento:** Nada mais a tratar. São José dos Campos, 11/04/2024. Mesa: **Denis Cesar Correia** – Presidente; **Tharik Camocardi de Moura** – Secretário. Acionistas: **DMCore Holding Financeira S.A. Denis Cesar Correia** – Diretor Presidente; **Tharik Camocardi de Moura** – Diretor Financeiro; **Denis Cesar Correia.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 152.698/24-3 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 10:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://tinyurl.com/TAMAE-AGO, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte Ordem do Dia: **a.** Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar o relatório da administração, as demonstrações financeiras e o parecer dos auditores independentes relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **b.** Destinação do lucro apurado no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **c.** Remuneração dos administradores da Companhia. A Companhia informa que se encontram à disposição dos Senhores Acionistas, na sede social da Companhia os documentos elencados na Lei 6.404/76. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A.

CNPJ/MF nº 52.045.457/0001-16 – NIRE 35.300.026.373

Edital de Convocação – Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas da TAM Aviação Executiva e Táxi Aéreo S.A. ("Companhia") a se reunirem às 11:00, do dia 30 de abril de 2024, na sede social, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Monsenhor Antonio Pepe, nº 94, Parque Jabaquara, facultada a participação digital através do link https://tinyurl.com/TAMAE-AGE, bem como a assinatura da respectiva Ata por meio digital a ser disponibilizado, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **a.** Deliberar sobre a abertura de uma nova filial da sociedade no seguinte endereço: Rodovia Hélio Smidt, s/nº, TPS 2 – Check-in D – Piso Superior, Sala 14 – Cumbica – Guarulhos-SP, CEP: 07190-100. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Leonardo Rosendo Fiuza** – Diretor. (19, 20 e 23/04/2024)

Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A

CNPJ/MF N.º 09.556.149/0001-92 NIRE 35300569539

Edital de Convocação da Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convocados os senhores acionistas da **Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A** para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia Geral") a se realizar às 13h00 do dia 30 de abril de 2024, A Assembleia será realizada na sede da **Prime Company Soluções em Tecnologias Integradas S/A**, localizada Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1912, 5º andar, Conjunto "A", Bairro Jardim Paulistano, CEP 01451-000, São Paulo, SP ("Companhia") para deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: (I) Aprovação das demonstrações contábeis do exercício de 2023. Para participar das Assembleias Gerais, os senhores acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, nos termos do art. 11, § 3º do Estatuto Social. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia recomenda o depósito na Companhia, com antecedência de 72 (setenta e duas) horas contadas da data da realização da Assembleia Geral Extraordinária, de cópia dos documentos acima referidos. Os documentos referentes aos itens da pauta da Assembleia Geral Ordinária estão disponíveis para consulta dos membros (ou acionistas) na sede da empresa nos dias úteis, no horário comercial. São Paulo, 19/04/2024. **(22/04/2024)**

Notre Dame Intermédica Minas Gerais Saúde S.A.

CNPJ n.º 62.550.256/0001-20 (Companhia)

Edital de Convocação – AGOE – 24/05/2024

Ficam convocados os acionistas da Companhia para participar da AGOE a se realizar presencialmente na sede da empresa, localizada no município de São Paulo, estado de São Paulo, na avenida Paulista, n.° 867, 6.° andar, conjunto 61, sala 2, bairro Bela Vista, CEP 01.311-100, no dia 24/05/2024, às 09h10. **Ordem do Dia**: em sede de AGO: **(i)** examinar e discutir as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e **(ii)** deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício social, caso haja lucro a ser distribuído; em sede de AGE: **(i)** aumento do capital social da Companhia. **Documentação necessária para participação**: documento de identificação do acionista ou seu representante legal. Caso o acionista seja representado por procurador, enviar o instrumento de mandato na forma da lei e do estatuto social com antecedência mínima de 24 horas para o e-mail: societario@hapvida.com.br. **Documentos disponibilizados**: a documentação relacionada às matérias da ordem do dia estará disponível no link: https://encurtador.com.br/pyCFT. São Paulo/SP, 20/04/2024. Diretor presidente - Jorge Fontoura Pinheiro Koren de Lima. (20, 23 e 24/04/2024)

Cotação das moedas

Coroa (Suécia) - 0,4938
Coroa (Suécia) - 0,6177
Dólar (EUA) - 5,6461
Franco (Suíça) - 6,1118
Iene (Japão) - 0,04966
Libra (Inglaterra) - 7,4715
Peso (Argentina) - 0,05548
Peso (Chile) - 0,00664
Peso (México) - 0,2664
Peso (Uruguai) - 0,1277
Yuan (China) - 0,8868
Rublo (Rússia) - 0,07664
Euro (Unidade Monetária Europeia) - 6,366

CIP S.A.

CNPJ/MF nº 44.393.564/0001-07 – NIRE 35.300.582.781

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de março de 2024

Data, Hora e Local: 27/03/2024, às 14h00, na sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.485, Torre Norte, 4º andar, São Paulo-S. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da totalidade dos membros eleitos do Conselho de Administração. **Mesa:** Ede Ilson Viani, **Presidente**; e Beatriz Covre de Oliveira, **Secretária**. **Ordem do Dia: 1.** Deliberar sobre submissão das Demonstrações Financeiras de 2023 à Assembleia Geral; **2.** Deliberar sobre a Convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária e aprovação do seu Edital de Convocação; **3.** Deliberar sobre a renúncia de membro do Comitê de Pessoas e Cultura e membro suplente do Conselho de Administração; e **4.** Deliberar sobre eleição de membro da Diretoria. **Deliberações aprovadas por unanimidade: 1.** A submissão à Assembleia Geral do Relatório da Administração, as contas e as demonstrações financeiras da Companhia, nos termos do artigo 23, alínea "q" do Estatuto Social da Companhia; **2.** A convocação de Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária a ser realizada em 29/04/2024 às 15h00 e aprovação do seu edital de convocação, que deliberará sobre: **I. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: a)** Reforma e Consolidação do Estatuto Social; e **b)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos Comitês estatutários da Companhia, para o exercício de 2024; **II. Em sede de Assembleia Geral Ordinária: a)** Apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2023, com a aprovação (i) do Relatório da Administração, (ii) das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31/12/2023, e (iii) o Relatório dos Auditores Independentes; **b)** Proposta da destinação do lucro líquido apurado no exercício findo em 31/12/2023; **c)** Fixação do limite de valor da remuneração anual global dos administradores para o exercício de 2024; **d)** Eleição dos membros do Conselho de Administração com a fixação do número efetivo da sua composição; **e)** Autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários à implementação das deliberações constantes da ordem do dia. **3.** O reconhecimento do Sr. **Marcos Cavagnoli**, ao cargo de membro do Comitê de Pessoas e Cultura e membro suplente do Conselho de Administração, com os agradecimentos de praxe por todos os serviços prestados. **4.** A eleição do Sr. **Danilo de Lima Santos**, ao cargo de Diretor Estatutário de Auditoria, pelo prazo de mandato de 2 anos, unificado aos demais Diretores da Companhia. **4.1.** O Diretor ora eleito fica empossado em seu cargo, mediante a assinatura do termo de posse, e declarou, sob as penas da lei, que tem conhecimento do artigo 147 da Lei das S.A., que preenche os requisitos legais para integrar a Diretoria da Companhia e que não está impedido de exercer cargos administrativos por lei especial; em virtude de condenação criminal, ou por se encontrar sob efeitos dela; em virtude de pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. São Paulo, 27/03/2024. Beatriz Covre de Oliveira – Secretária. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 154.869/24-7 em 17/04/2024. Maria Cristina Frei – Secretária Geral.

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ (MF) 55.332.811/0001-81

Convocação - Assembléia Geral Ordinária

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em **Assembleia Geral Ordinária**, a realizar-se no dia **09 de Maio de 2.024, Quinta-Feira, às 10:00 horas**, no **Hotel Ibis São Paulo Expo**, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: **I –** Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.023. **II –** Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2.023. **III –** Outros assuntos. Guarulhos/SP, 08 de Abril de 2.024. **Demetrio Augusto Zacharias –** Diretor Presidente.**(19, 20 e 23/04/2024)**

Caravelas Negócios Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 13.019.760/0001-92 - NIRE nº 35.300.386.817

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

Ficam convocados os Srs. Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária da Sociedade, a ser realizada na sede social, à Avenida Presidente Altino, 603, em São Paulo-SP, no dia 30 de abril de 2024, às 9:30 horas, a fim de deliberarem sobre seguinte Ordem do Dia: **(i)** Tomar conhecimento do Relatório da Administração, examinar e deliberar sobre as contas da Diretoria, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023; **(ii)** Fixar a remuneração global anual da administração. São Paulo, 19 de abril de 2024. **Angela Martins Guido Rios -** Presidente do Conselho de Administração. **(19, 20 e 23/04/2024)**

Boa Vista Agropecuária Ltda.

CNPJ/ME nº 51.188.867/0001-53 - NIRE: 35.261.638-415

Ata de Reunião dos Sócios

1. Data, Hora e Local. Aos 10 de abril de 2024, às 10:00 horas, na Sede da *Boa Vista Agropecuária Ltda.*, localizada na Cidade de Lins, Estado de São Paulo, na Rua Floriano Peixoto, nº 2030, Sala 02, Centro, CEP 16.400-101. ("Sociedade"). **2. Convocação**. Dispensada a convocação, nos termos do artigo 1.072, §2º do Código Civil, tendo em vista a presença de todos os sócios na reunião. **3. Presença.** Sócios titulares da totalidade do capital social da Sociedade, conforme assinaturas presentes nesta Ata. **4. Composição da Mesa**. Presidente: Francisco da Cunha Diniz Junqueira; e Secretário: Luiz da Cunha Diniz Junqueira. **5. Ordem do Dia**. Redução do capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.082, inciso II do Código Civil. **6. Deliberações.** Pelos sócios representando a totalidade do capital social da Sociedade, e por unanimidade: **(i)** Foi aprovada, nos termos do Artigo 1.082, inciso II do Código Civil, a redução do capital social no valor de R$ 10.301.863,19, por tratar-se de capital excessivo às necessidades da Sociedade. **(ii)** A restituição do capital social será realizada proporcionalmente às respectivas participações de cada Sócio, nos termos do caput do Artigo 1.084 do Código Civil, por meio da entrega dos bens imóveis elencados abaixo, que somam R$ 10.301.863,19: **(a)** Imóvel Rural, matriculado sob n. 10.907 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Ivinhema – MS. Valor Total: R$ 9.937.901,07. **(b)** Imóvel Rural, matriculado sob n. 16.485 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Ribas do Rio Pardo – MS. Valor Total: R$ 46.117,55. **(c)** Imóvel Rural, matriculado sob n. 54.296 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Iturama – MG. Valor Total: R$ 101.458,66. **(d)** Imóvel Rural, matriculado sob n. 56.379 perante o Cartório de Registro de Imóveis de Iturama – MG., Valor Total: 216.385,91. **(iii)** Dessa forma, decorrido o prazo legal – item '*(v)*' - para manifestação de credores quirografários e efetivada a redução, o capital social da Sociedade passará de *R$ 20.711.000,00,* dividido em *2.071.100.000* quotas, com valor nominal de R$ 0,01 cada **para** R$ 10.409.136,81, totalmente subscrito e integralizado, dividido em 1.040.913.681,00 quotas, com valor nominal de R$ 0,01 cada, assim distribuídas entre os sócios: ***Sócio-Quotista:*** *Maria Stella Locci Junqueira;* ***Quotas:*** *361.197.047;* ***Valor (R$):*** *3.611.970,47;* ***Participação:*** *34,70%.* ***Sócio-Quotista:*** *Francisco da Cunha Diniz Junqueira;* ***Quotas:*** *339.858.317;* ***Valor (R$):*** *3.398.583,17;* ***Participação:*** *32,65%.* ***Sócio-Quotista:*** *Luiz da Cunha Diniz Junqueira;* ***Quotas:*** *339.858.317;* ***Valor (R$):*** *3.398.583,17;* ***Participação:*** *32,65%.* ***Total das Quotas: 1.040.913.681. Total do Valor (R$): 10.409.136,81. Total de Participação: 100,00%.*** (v) De acordo com o previsto no Artigo 1.084, parágrafos 2º e 3º do Código Civil, esta Ata será publicada e, se não houver oposição de credores no prazo de 90 dias a contar da referida publicação, se tornará efetiva e será ratificada pelos sócios em alteração contratual. **7. Encerramento.** Nada mais havendo para ser tratado, foi oferecida a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, ninguém tendo se manifestando, foram suspensos os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura da presente Ata. Reaberta a sessão, a presente Ata foi lida, aprovada e assinada por todos os sócios, juntamente com os membros da Mesa. Assinaturas: Francisco da Cunha Diniz Junqueira (Presidente da mesa) e Luiz da Cunha Diniz Junqueira (Secretário da mesa). sócios presentes: Maria Stella Locci Junqueira; Francisco da Cunha Diniz Junqueira; e Luiz da Cunha Diniz Junqueira. Lins/SP, 10 de abril de 2024.

DM Instituição de Pagamentos S.A.

CNPJ/MF nº16.581.207/0001-37 - NIRE 35.300.439.295

Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 02 de abril de 2024 - Certidão

Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o arquivamento da ata em epígrafo em 17/04/2024, sob o nº 154.613/24-1. Maria Cristina Frei - Secretária Geral.

Element Bonsucesso Empreendimentos e Participacoes Ltda

CNPJ 16.580.737/0001-60

Redução de Capital

Os sócios da empresa **Element Bonsucesso Empreendimentos e Participacoes Ltda** – CNPJ 16.580.737/0001-60, localizada na Alameda Rio Negro, 585 – Bloco A – 10º Andar – Conjunto 103 – Alphaville – Barueri – SP – CEP: 06454-000, em comum acordo, resolvem e informam a redução do capital social em R$ 25.643.000,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e quarenta e três mil reais). O atual valor do capital social de R$ 25.670.000,00 (vinte e cinco milhões, seiscentos e setenta mil reais) passará, após a redução para R$ 27.000,00 (vinte e sete mil reais).

Juros: alívio do câmbio e exterior ameno estimulam correção e taxas caem

Os juros futuros terminaram a sexta-feira em baixa firme, influenciados pela queda do dólar e pelo ambiente externo mais ameno, que estimularam uma correção técnica. A agenda esteve esvaziada e a tensão geopolítica não se agravou pelo ataque de Israel ao Irã. Na semana, todas as taxas subiram, mas a curva perdeu inclinação. As curtas avançaram mais que as longas dada a reprecificação de Selic no curto prazo detonada por declarações do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, na quarta-feira, 17.

No fechamento, a taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2025 estava em 10,355%, de 10,425% ontem no ajuste, e a do DI janeiro de 2026, em 10,52%, de 10,73% ontem. A do DI para janeiro de 2027 caía de 11,02% para 10,80%. O DI para janeiro de 2029 tinha taxa de 11,22%, de 11,40%.

O alívio no câmbio, que levou o dólar a fechar abaixo dos R$ 5,20, deu maior segurança para o mercado aproveitar um pouco dos prêmios adicionados na curva, na medida em que também o ambiente externo não trouxe preocupações adicionais.

IstoéDinheiro

Acciona Agua S.A.U. do Brasil

CNPJ/MF nº 16.941.172/0001-08

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em Reais 1)*

BALANÇO PATRIMONIAL

Ativo	2023	2022
Circulante	**6.083.144**	**6.729.509**
Caixa e equivalente de caixa	472.898	1.293.832
Contas a receber de clientes	3.673.646	3.592.284
Estoques	4.918	7.270
Despesas antecipadas	-	181.947
Impostos a recuperar	1.857.804	1.616.362
Adiantamento a fornecedores	21.443	12.656
Outros ativos	52.435	25.158
Não circulante	**534.993**	**600.116**
Realizável a longo prazo	**10.201**	**14.744**
Partes relacionadas	534.993	557.274
Outros ativos	-	42.842
Imobilizado	10.201	14.744
Total do ativo	**6.628.338**	**7.344.369**
Passivo		
Circulante	**7.859.372**	**7.415.154**
Fornecedores	1.641.465	993.105
Adiantamentos de clientes	4.658.873	4.681.031
Partes relacionadas	362.633	697.478
Impostos e contribuições a pagar	408.262	365.351
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	788.139	678.189
Não circulante	**7.899.268**	**7.469.729**
Provisões	39.896	54.575
Patrimônio líquido	**(1.270.930)**	**(125.360)**
Capital social	25.657.513	14.730.897
Prejuízos acumulados	(26.928.443)	(14.856.257)
Total do passivo e patrimônio líquido	**6.628.338**	**7.344.369**

Fabio Luis dos Santos - Procurador
Ana Cristina Olanda Coutinho - Contadora CRC 1SP 315.590/O-3

As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	2023	2022
Receitas operacionais líquidas	**174.539**	**7.677**
(-) Custos dos serviços prestados	(1.138.605)	(1.302.996)
Lucro bruto	**(964.066)**	**(1.295.319)**
Receitas (Despesas) operacionais	**(12.364.530)**	**(7.909.244)**
Administrativas	(11.410.344)	(6.689.691)
Depreciação e amortização	(4.543)	(4.543)
Outras receitas (despesas) líquidas	14.423	80.309
Resultado financeiro	**275.274**	**335.332**
Receitas financeiras	338.045	499.893
Despesas financeiras	(62.771)	(164.561)
(Prejuízo) Lucro do exercício	(12.089.256)	(7.573.912)
IRPJ e CSLL do exercício	-	-
(Prejuízo) Lucro no exercício	**(12.089.256)**	**(7.573.912)**

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

	2023	2022
(Prejuízo) Lucro do exercício	(12.089.256)	(7.573.912)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente no exercício	**(12.089.256)**	**(7.573.912)**

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital Social	Lucro (Prejuízo Acumulados)	Patrimônio Líquido
Saldos em 31/12/2021	**8.208.889**	**(7.172.888)**	**1.036.001**
Aumento de capital	6.522.008	-	6.522.008
Prejuízo do exercício	-	(7.573.912)	(7.573.912)
Ajuste de exercícios anteriores	-	(109.457)	(109.457)
Saldos em 31/12/2022	**14.730.897**	**(14.856.257)**	**(125.360)**
Aumento de capital	10.926.616	-	10.926.616
Prejuízo do exercício	-	(12.089.256)	(12.089.256)
Ajuste de exercícios anteriores	-	17.070	17.070
Saldos em 31/12/2023	**25.657.513**	**(26.928.443)**	**(1.270.930)**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA

Fluxo de caixa das atividades operacionais	2023	2022
(Prejuízo) Lucro do exercício	(12.072.186)	(7.683.369)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa e equivalentes de caixa gerados pelas atividades operacionais:		
Provisões (reversões) passivas	(14.679)	(79.985)
Depreciações e amortizações	4.543	4.543
	(12.082.322)	**(7.758.812)**
(Aumento) redução no Ativo		
Clientes	(81.362)	(629)
Estoques	2.352	(2.648)
Despesas antecipadas	181.947	504.985
Impostos a recuperar	(241.442)	132.386
Adiantamentos a fornecedores	(8.787)	(9.043)
Outros ativos	15.565	(13.145)
Aumento (redução) no passivo		
Fornecedores	648.360	(357.220)
Adiantamento de clientes	(22.158)	19.136
Impostos e contribuições a pagar	42.911	2.201
Obrigações trabalhistas e encargos sociais	109.950	167.757
Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais	**(11.434.986)**	**(7.315.032)**
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Aumento de capital	10.926.616	6.522.008
Partes relacionadas	(312.564)	1.358.537
Recursos líquidos aplicados nas atividades de financiamentos	**10.614.052**	**7.880.545**
(Red.) Aumento do caixa e equiv. de caixa	**(820.934)**	**565.513**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	1.293.832	728.319
Caixa e equiv. de caixa no fim do exercício	472.898	1.293.832
(Red.) Aumento do caixa e equiv. de caixa	**(820.934)**	**565.513**

Acciona Agua, S.A. (Sociedad Unipersonal)

NIF: A95113361

Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Valores expressos em milhares de euros)*

Ativo	2023	2022
Ativo não circulante	**286.681**	**283.741**
Imobilizado intangível	**31.351**	**36.364**
Concessões	24.059	27.062
Fundo de comércio	3.630	5.445
Aplicativos de informática e outros	3.662	3.857
Imobilizado material	**16.973**	**13.908**
Terrenos e construções	4.261	4.358
Instalações técnicas e maquinário	2.418	2.270
Outras instalações, utensílios e mobiliário	3.961	3.070
Outro imobilizado material	6.333	4.210
Investimentos em empresas do grupo e associadas em longo prazo	**207.648**	**212.426**
Participações em empresas	200.867	203.840
Empréstimos e créditos para empresas	6.781	8.586
Investimentos financeiros em longo prazo	**12.492**	**10.440**
Devedores por operações em trânsito em longo prazo	10.028	7.663
Outros ativos financeiros em longo prazo	2.464	2.777
Ativos por imposto diferido	**18.217**	**10.603**
Ativo circulante	**938.770**	**1.037.216**
Estoques	**46.441**	**53.353**
Abastecimentos, produtos em andamento e outros	18.485	10.874
Antecipações para fornecedores	27.956	42.479
Devedores comerciais e outras contas a receber	**547.245**	**644.820**
Clientes por vendas e prestações de serviços	422.884	565.295
Clientes, empresas do grupo e associadas	27.678	18.246
Devedores diversos	47.016	29.098
Ativos por imposto circulante	10.633	4.661
Outros créditos com as administrações públicas	39.034	27.520
Investimentos financeiros empresas do grupo e associadas em curto prazo	**103.673**	**137.834**
Créditos a empresas do grupo e associadas em curto prazo	75.974	109.163
Outros créditos a empresas do grupo por imposto de sociedades	21.199	24.635
Outros ativos financeiros empresas do grupo	6.500	4.036
Investimentos financeiros em curto prazo	**3.481**	**2.429**
Caixa e outros ativos líquidos equivalentes	**237.930**	**198.780**
Tesouraria	182.647	165.908
Outros ativos líquidos equivalentes	55.283	32.872
Total ativo	**1.225.451**	**1.320.957**

Patrimônio líquido e passivo	2023	2022
Patrimônio líquido	**256.006**	**258.322**
Fundos próprios	**264.989**	**259.149**
Capital	**28.942**	**28.942**
Ágio de emissão	**98.246**	**98.246**
Reservas	**133.502**	**105.238**
Legal e estatutárias	5.788	5.788
Outras reservas	127.714	99.450
Resultado do exercício	**4.299**	**26.723**
Ajustes por variações de valor		
Operações de cobertura	**(636)**	**(759)**
Diferenças de conversão	**(9.258)**	**(507)**
Subvenções, doações e legados recebidos		
Subvenções, doações e legados recebidos	**911**	**439**
Passivo não circulante	**166.355**	**151.834**
Provisões em longo prazo	**22.724**	**22.856**
Dívidas em longo prazo	**26.282**	**40.626**
Dívidas com entidades de crédito	15.725	20.635
Outros passivos financeiros	10.557	19.991
Dívidas com empresas do grupo e associadas em longo prazo	**87.031**	**42.732**
Credores comerciais e outras contas a pagar	**23.651**	**39.072**
Passivos por imposto diferido	**6.667**	**6.548**
Passivo circulante	**803.090**	**910.801**
Provisões em curto prazo	**18.523**	**10.172**
Dívidas em curto prazo	**7.343**	**12.081**
Dívidas com entidades de crédito	7.343	12.081
Dívidas com empresas do grupo e associadas em curto prazo	**142.309**	**174.693**
Credores comerciais e outras contas a pagar	**634.915**	**713.855**
Fornecedores	422.332	564.477
Fornecedores empresas do grupo e associadas	15.162	23.905
Credores diversos	19.017	16.533
Pessoal	14.401	11.469
Passivos por imposto circulante	5.468	5.016
Outras dívidas com as administrações públicas	33.412	17.161
Antecipações de clientes	125.123	75.294
Total patrimônio líquido e passivo	**1.225.451**	**1.320.957**

Conta de Lucros e Perdas do Exercício Anual encerrado em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 *(Milhares de euros)*

	2023	2022
Operações continuadas		
Valor líquido do volume de negócios	**1.004.110**	**1.114.878**
Vendas	1.004.110	1.114.878
Aprovisionamentos	**(694.805)**	**(823.737)**
Consumo de mercadorias	(236.592)	(402.989)
Trabalhos realizados por outras empresas	(458.213)	(420.748)
Outras receitas de exploração	**29.034**	**45.071**
Receitas acessórias e outras de gestão circulante	28.577	44.912
Subvenções de exploração incorporadas ao resultado do exercício	457	159
Despesas com pessoal	**(165.713)**	**(162.937)**
Ordenados, salários e semelhantes	(134.402)	(132.002)
Encargos sociais	(24.292)	(23.628)
Outras despesas com pessoal	(7.019)	(7.307)
Outras despesas de exploração	**(160.792)**	**(158.924)**
Serviços externos	(148.462)	(153.356)
Tributos	(2.122)	(3.015)
Perdas, depreciação e variação de provisões por operações comerciais	(10.208)	(2.553)
Amortização do imobilizado	**(10.758)**	**(11.562)**
Depreciação e resultado por alienações do imobilizado	**-**	**1.744**
Variação de provisões	**(12)**	**1.229**
Outros resultados	**29**	**(1.233)**
Resultado de exploração	**1.093**	**4.529**
Receitas financeiras	**34.977**	**31.451**
Por dividendos	16.804	21.392
De valores negociáveis e outros instrumento financeiros	18.173	10.059
- Em empresas do grupo e associadas	4.432	1.582
- Em terceiros	13.741	8.477
Despesas financeiras	**(16.441)**	**(8.526)**
- Em empresas do grupo e associadas	(11.917)	(5.426)
- Em terceiros	(4.524)	(3.100)
Diferenças de câmbio	**(16.338)**	**(43)**
Depreciação e resultado por carteira de controle	**(2.309)**	**1.070**
Depreciações e perdas	(2.309)	1.070
Resultado financeiro	**(111)**	**23.952**
Resultado antes de impostos	**982**	**28.481**
Impostos sobre lucros	3.317	(1.758)
Resultado do exercício procedente de operações continuadas	**4.299**	**26.723**
Resultado do exercício	**4.299**	**26.723**

Demonstrativo de Variações no Patrimônio Líquido do Exercício Anual Terminado em 31 de dezembro de 2023 e 2022.
B) Demonstrativo Total De Variações No Patrimônio Líquido *(Milhares de euros)*

	Capital	Ágio de emissão	Reservas	Resultado do exercício	Diferenças de conversão	Ajustes por variações de valor	Subvenções doações e legados	Total
Saldo inicial em 01/01/2022	**28.942**	**98.246**	**100.905**	**19.333**	**(6.394)**	**(3.370)**	**(116)**	**237.546**
Total receitas e despesas lançadas	-	-	-	26.723	5.887	2.611	555	35.776
Operações com acionista único								
- Distribuição de resultados	-	-	19.333	(19.333)	-	-	-	-
- Dividendos na conta	-	-	(15.000)	-	-	-	-	(15.000)
Saldo final em 31/12/2022	**28.942**	**98.246**	**105.238**	**26.723**	**(507)**	**(759)**	**439**	**258.322**
Saldo inicial em 01/01/2023	**28.942**	**98.246**	**105.238**	**26.723**	**(507)**	**(759)**	**439**	**258.322**
Total receitas e despesas lançadas	-	-	-	4.299	(8.751)	123	472	(3.857)
Operações com acionista único								
- Distribuição de resultados (nota 3)	-	-	26.723	(26.723)	-	-	-	-
Outras variações do patrimônio líquido	-	-	1.541	-	-	-	-	1.541
Saldo final em 31/12/2023	**28.942**	**98.246**	**133.502**	**4.299**	**(9.258)**	**(636)**	**911**	**256.006**

As Notas Explicativas fazem parte integrante das contas anuais e estão à disposição nas dependências do escritório da Sucursal Brasileira.

Demonstrativo de Fluxos de Caixa do Exercício Anual findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Milhares de euros)*

	2023	2022
Fluxos de caixa das atividades de exploração (i)	**25.492**	**(12.790)**
Resultado do exercício antes de impostos	**982**	**28.481**
Ajustes no resultado:	**21.089**	**(12.810)**
- Amortização do imobilizado	10.758	11.562
- Correções valorativas por depreciação	2.309	(1.070)
- Variação de provisões	10.220	1.324
- Resultados por reduções e alienações de imobilizado	-	(1.744)
- Receitas financeiras	(34.977)	(31.451)
- Despesas financeiras	16.441	8.526
- Diferenças de câmbio	16.338	43
Variações no capital circulante	**(3.604)**	**(46.456)**
- Estoques	6.912	(21.703)
- Devedores e outras contas a receber	103.547	(157.152)
- Credores e outras contas a pagar	(94.813)	167.545
- Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes	(19.250)	(35.146)
Outros fluxos de caixa das atividades de exploração	**7.025**	**17.995**
- Pagamentos de juros	(16.441)	(8.526)
- Recebimentos de dividendos	10.304	17.356
- Recebimentos de juros	18.173	10.059
- Recebimentos (pagamentos) por imposto sobre lucros	(6.261)	(722)
- Outros recebimentos (pagamentos)	1.250	(172)
Fluxos de caixa das atividades de investimento (ii)	**(6.054)**	**(6.841)**
Pagamentos por investimentos	**(8.985)**	**(8.315)**
- Imobilizado intangível	(2.734)	(398)
- Imobilizado material	(6.251)	(5.216)
- Outros ativos financeiros	-	(2.701)
Recebimentos por desinvestimentos	**2.719**	-
- Imobilizado material	-	-
- Outros ativos financeiros	2.719	-
Pagamento a fornecedores de imobilizado e outros	**212**	**1.474**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (iii)	**19.712**	**20.605**
Recebimentos e pagamentos por instrumentos de passivo financeiro	**36.050**	**20.648**
- Pagamentos de dívidas com entidades de crédito	(9.648)	(7.401)
- Recebimentos /pagamentos por dívidas com empresas do grupo	45.698	28.049
Outros fluxos de caixa de atividades de financiamento	**(16.338)**	**(43)**
- Outros recebimentos (pagamentos) de atividades de financiamento	(16.338)	(43)
Aumento/diminuição líquida do caixa ou equivalentes (i+ii+iii+iv)	**39.150**	**974**
Caixa ou equivalentes no início do exercício	198.780	197.806
Caixa ou equivalentes no final do exercício	237.930	198.780

Demonstrativo de Variações no Patrimônio Líquido do Exercício Anual Terminado em 31 de dezembro de 2023 e 2022
A) Demonstrativo de Receitas e Despesas Lançadas *(Milhares de euros)*

	2023	2022
Resultado da conta de lucros e perdas (i)	**4.299**	**26.723**
Receitas e despesas lançadas diretamente no patrimônio líquido		
- Por valoração de instrumentos financeiros		
Ativos financeiros disponíveis para a venda		
Valoração de derivativos	(140)	2.491
- Subvenções, doações e legados recebidos	629	740
- Diferenças de conversão	(11.668)	7.849
- Efeito tributário	2.795	(2.770)
Total receitas e despesas lançadas diretamente no patrimônio líquido (ii)	(8.384)	8.310
Transferências para a conta de lucros e perdas		
- Por valoração de instrumentos financeiros		
Outras receitas/despesas	**304**	**989**
- Efeito tributário	(76)	(246)
Total transferências para a conta de lucros e perdas (iii)	228	743
Total receitas e despesas lançadas (i+ii+iii)	**(3.857)**	**35.776**

Fabio Luis dos Santos
Procurador
Ana Cristina Olanda Coutinho
Contadora CRC 1SP 315.590/O-3

DÓLAR
compra/venda
Câmbio livre BC - R$ 5,2506 / R$ 5,2512 **
Câmbio livre mercado - R$ 5,2487 / R$ 5,2507 *
Turismo - R$ 5,2993 / R$ 5,4793
(*) cotação média do mercado
(**) cotação do Banco Central
Variação do câmbio livre mercado no dia: +0,15

BOLSAS
B3 (Ibovespa)
Variação: 0,74%
Pontos: 125.124
Volume financeiro: R$ 29,227.bilhões
Maiores altas: PETZ ON (37,14%), CVC Brasil ON (6,67%), Alpargatas PN (5,88%)
Maiores baixas: Embraer ON (-2,86%), TRAN PAULISTPN (-2,66%), JBS ON (-1,38%)
S&P 500 (Nova York): -0,22%
Dow Jones (Nova York): 0,06%
Nasdaq (Nova York): -0,52%
CAC 40 (Paris): 0,52%
Dax 30 (Frankfurt): 0,38%
Financial 100 (Londres): 0,37%
Nikkei 225 (Tóquio): 0,31%
Hang Seng (Hong Kong): 0,82%
Shanghai Composite (Xangai): 0,09%
CSI 300 (Xangai e Shenzhen): 0,12%
Merval (Buenos Aires): 0,04%
IPC (México): 0,58%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO
IPCA/IBGE
Julho 2023: 0,12%
Agosto 2023: 0,23%
Setembro 2023: 0,26%
Outubro 2023: 0,24%
Novembro 2023: 0,28%
Dezembro 2023: 0,56%
Janeiro 2024: 0,42%
Fevereiro 2024: 0,83%
Março 2024: 0,16%

Facchini Participações S.A.

CNPJ/MF nº 03.382.586/0001-94

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis no seguinte endereço eletrônico: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/;

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	3	1	1.101.813	886.807
Contas a receber de clientes	6	–	–	288.578	196.512
Contas a receber – partes relacionadas	15	–	8.000	–	286
Estoques	7	–	–	724.113	754.833
Impostos a recuperar	10	37	33	50.399	37.777
Dividendos a receber	15	45.141	53.375	–	–
Outros ativos		–	–	22.293	14.959
Total do ativo circulante		**45.181**	**61.409**	**2.187.196**	**1.891.174**
Não circulante					
Impostos a recuperar	10	–	–	15.917	15.027
Contas a receber – partes relacionadas	15	–	963	–	–
IRPJ e CSLL diferidos	11	–	–	2.690	5.058
Outros ativos		–	–	8.102	6.777
Investimentos	12	1.887.096	1.422.701	–	–
Imobilizado	8	–	–	931.833	686.593
Intangível		–	–	37	–
Ativos de direito de uso	9	–	–	89.817	117.588
Total do ativo não circulante		**1.887.096**	**1.423.664**	**1.048.396**	**831.043**
Total do ativo		**1.932.277**	**1.485.073**	**3.235.592**	**2.722.217**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	78.370	112.390
Arrendamento mercantil	14	–	–	4.725	9.286
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	4.925	–
Fornecedores		–	–	453.109	340.024
Contas a pagar – partes relacionadas	15	–	7.710	–	7.710
Obrigações trabalhistas		–	–	74.916	60.592
Parcelamentos de tributos	16	–	–	4.070	3.904
Obrigações fiscais		–	–	26.649	61.650
Faturamento antecipado	17	–	–	106.724	137.246
Antecipação de clientes	18	–	–	46.233	42.339
Dividendos a pagar	20	44.450	52.674	44.450	52.674
Arrendamento a pagar	9	–	–	2.999	2.724
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	45.843	37.416
Outros passivos		–	–	32.068	29.175
Total do passivo circulante		**44.450**	**60.384**	**925.081**	**897.130**
Não circulante					
Empréstimos e financiamentos	13	–	–	351.893	286.066
Arrendamento mercantil	14	–	–	3.661	4.002
Partes relacionadas	15	–	1.253	–	1.253
Parcelamentos de tributos	16	–	–	872	4.588
Arrendamento a pagar	9	–	–	2.905	3.751
Arrendamento a pagar – partes relacionadas	9	–	–	54.019	88.333
Prov. p/riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	–	–	8.584	11.855
Outros passivos		–	–	750	1.863
Total do passivo não circulante		**–**	**1.253**	**422.684**	**401.651**
Patrimônio líquido	20				
Capital social		1.000.000	750.000	1.000.000	750.000
Reserva de lucros		887.827	673.436	887.827	673.436
Total do patrimônio líquido		**1.887.827**	**1.423.436**	**1.887.827**	**1.423.436**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**1.932.277**	**1.485.073**	**3.235.592**	**2.722.217**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício	**468.188**	**436.290**	**468.188**	**436.290**
Outros resultados abrangentes				
Resultado abrangente do exercício	**468.188**	**436.290**	**468.188**	**436.290**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	21	–	–	3.342.231	3.318.250
Custo dos produtos e serviços vendidos	22	**–**	**–**	**(2.413.435)**	**(2.441.990)**
Lucro bruto		**–**	**–**	**928.796**	**876.260**
(Despesas) receitas operacionais					
Comerciais	22	–	–	(191.597)	(181.833)
Administrativas e gerais	22	(72)	(69)	(121.012)	(103.887)
Honorários da administração	22	–	–	(8.940)	(7.662)
Equivalência patrimonial em controlada	12	468.258	436.357	–	–
Outras receitas operacionais, líquidas	23	–	–	6.834	1.582
		468.186	**436.288**	**(314.715)**	**(291.800)**
Lucro operacional antes do resultado financeiro		**468.186**	**436.288**	**614.081**	**584.460**
Resultado financeiro	24				
Receitas financeiras		3	3	123.471	101.354
Despesas financeiras		(1)	(1)	(83.521)	(74.300)
Variação monetária e cambial, líquidas		–	–	(2.172)	(85)
		2	**2**	**37.778**	**26.969**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL		**468.188**	**436.290**	**651.859**	**611.429**
IRPJ e CSLL	11				
Corrente		–	–	(181.304)	(214.612)
Diferido		–	–	(2.367)	39.473
Lucro líquido do exercício		**468.188**	**436.290**	**468.188**	**436.290**
Quantidade ponderado de ações do capital social		2.290.000	2.290.000	2.290.000	2.290.000
Lucro básico e diluído por ação – R$		**204,45**	**190,52**	**204,45**	**190,52**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Lucro líquido do exercício		**468.188**	**436.290**	**468.188**	**436.290**
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa originado das atividades operacionais:					
IRPJ e contribuição social diferidos	11	–	–	2.367	(39.473)
Subvenções para investimentos	20	–	–	113.625	–
Depreciação imobilizado e ativo de direito de uso	8 e 9	–	–	3	96.651
Amortização		–	–	(7.151)	–
Ganho na baixa do ativo imobilizado		–	–	145	(3.363)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	–	–	(643)	711
Provisão p/ comissão s/ vendas		–	–	6.748	511
Provisão para perda na realização de estoques		–	–	(3.271)	3.814
Provisão de provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	19	–	–	3.664	5.025
Provisão para garantia		–	–	(228)	703
Equivalência patrimonial	12	(468.258)	(436.357)	–	–
Diferença de variação cambial, líquida		–	–	(228)	(1.087)
Instrumentos financeiros derivativos		–	–	4.925	–
Juros e atualização monetária sobre empréstimos, tributos parcelados e arrendamentos		2	–	75.069	70.956
		(68)	**(67)**	**663.441**	**570.738**
Redução (aumento) dos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		–	–	(92.211)	(69.621)
Partes relacionadas		8.963	23	9.249	(263)
Estoques		–	–	(17.001)	(58.070)
Impostos a recuperar		(4)	(4)	(13.512)	188.582
Outros ativos		–	–	(8.659)	9.656
Aumento (redução) dos passivos operacionais:					
Fornecedores		–	–	113.085	(84.847)
Partes relacionadas		(8.963)	(23)	(17.926)	(46)
Obrigações fiscais		–	–	145.589	209.467
Parcelamento de Tributos		–	–	(4.205)	(3.595)
Faturamento antecipado		–	–	(30.522)	(277)
Obrigações trabalhistas, antecipação de clientes e outras obrigações		–	–	16.799	(45.031)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(72)**	**(71)**	**100.686**	**145.955**
Juros pagos durante o exercício		–	–	(61.174)	(54.764)
IRPJ e contribuição social pagos		–	–	(180.590)	(202.430)
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		**(72)**	**(71)**	**522.363**	**459.499**
Fluxo de caixa de atividades de investimentos:					
Valor recebido na venda de imobilizado		–	–	9.051	13.130
Recebimento de dividendos		12.095	12.944		–
Adições de intangível		–	–	(40)	–
Adições ao ativo imobilizado		–	–	(273.314)	(198.632)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimentos		12.095	12.944	(264.303)	(185.502)
Fluxo de caixa de atividades de financiamentos:					
Empréstimos e financiamentos – captações		–	–	187.746	150.983
Empréstimos e financiamentos e leasing – pagamentos		–	–	(164.600)	(88.704)
Pagamento arrendamento		–	–	(54.180)	(48.590)
Dividendos pagos	20	(12.021)	(12.873)	(12.020)	(12.873)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamentos		**(12.021)**	**(12.873)**	**(43.054)**	**816**
Aumento de caixa e equivalente de caixa		**2**	**–**	**215.006**	**274.813**
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício		1	1	886.807	611.994
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício		3	1	1.101.813	886.807

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos giro	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**400.000**	**41.238**	**450.763**	**107.069**	**–**	**999.070**
Aumento de capital	20(b)	350.000	–	(244.173)	(105.827)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	436.290	436.290
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	20(c)	–	19.294	–	–	(19.294)	–
Reserva de incentivos fiscais	20(d)	–	–	–	50.417	(50.414)	3
Dividendos aprovados	20(f)	–	–	(8.261)	–	(3.666)	(11.927)
Reserva de capital de giro	20(e)	–	–	362.916	–	(362.916)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**750.000**	**60.532**	**561.245**	**51.659**	**–**	**1.423.436**
Aumento de capital	20(b)	250.000	–	(199.783)	(50.217)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	468.188	468.188
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	20(c)	–	19.983	–	–	(19.983)	–
Reserva de incentivos fiscais	20(d)	–	–	–	68.522	(68.522)	–
Dividendos aprovados	20(f)	–	–	–	–	(3.797)	(3.797)
Reserva de capital de giro	20(e)	–	–	375.886	–	(375.886)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**1.000.000**	**80.515**	**737.348**	**69.964**	**–**	**1.887.827**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A Facchini Participações S.A. ("Companhia", "Controladora" ou "Grupo"), empresa fundada em 1999 e "holding", controladora do Grupo Facchini, tem como controlada a Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo, conforme apresentado na nota nº 12. A Companhia, com sede em São José do Rio Preto-SP, tem por objetivo social a administração de outras sociedades, participações e investimentos. A controlada Facchini S.A. dispõe de incentivo fiscal em seus estabelecimentos localizados nos Estados de Mato Grosso do Sul (MS), Mato Grosso (MT), Pernambuco (PE), Bahia (BA) e Pará (PA), conforme a seguir: (i) No Estado de Mato Grosso do Sul (MS), o incentivo denomina-se "MS Forte – Indústria", conforme Lei Estadual nº 4.049/11 e Termos de Acordo nº 031/03 e nº 125/03 vigentes até 31 de dezembro de 2032, conforme terceiro Aditivo de 09 de outubro de 2018. O benefício é deduzido diretamente da apuração de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) dos estabelecimentos localizados nas cidades de Aparecida do Taboado (MS) e Campo Grande (MS), sendo aplicados 67% como redução do ICMS nas operações intraestadual e 80% nas operações interestadual. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado de Mato Grosso do Sul. Vide Nota Explicativa nº 20(d); (ii) No Estado de Mato Grosso (MT), o incentivo denomina-se "PRODEIC" – Programa de Desenvolvimento Industrial e Comercial de Mato Grosso, foi criado por meio da Lei Estadual nº 7.958/03, regulamentada pelo Decreto 1.432/03, Lei nº 631/2019. O benefício é deduzido diretamente da apuração do ICMS dos estabelecimentos localizados nas cidades de Cuiaba (MT) e Rondonópolis (MT), sendo aplicada autorização de crédito outorgado. Os respectivos incentivos possuem vigência de 1º de janeiro de 2020 à 31 de dezembro de 2032, respectivamente; (iii) No Estado de Pernambuco (PE), o incentivo denomina-se "PROIND" – Programa de Estímulo à Indústria do Estado de Pernambuco instituído pelo Decreto nº 44.766, de 20 de julho de 2017, com o objetivo de fomentar o desenvolvimento da atividade industrial no Estado de Pernambuco por meio da concessão de crédito presumido relativo ao ICMS, com um redutor de 75% no caso de estabelecimento localizado na Mesorregião Metropolitana do Recife e devendo obedecer ao montante mínimo anual de recolhimento conforme o Decreto, este beneficio é deduzido diretamente da apuração do ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Jaboatão dos Guararapes (PE). O referido incentivo possuí vigência até 31 de dezembro de 2032, conforme estabelecido no Convênio ICMS nº 190, até 15 de dezembro de 2017; (iv) No Estado da Bahia (BA), o incentivo denomina-se "Programa Desenvolve", regido pela Lei nº 7.980/2001 e pelo Decreto nº 8.205/2002. A Resolução nº 156/2010 concede o prazo de doze anos para fruição dos benefícios contados a partir de 1º de outubro de 2010 e foi prorrogado até junho de 2023. O benefício é deduzido diretamente da apuração de ICMS do estabelecimento localizado na cidade de Simões Filho (BA), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias do estabelecimento industrial, gerando aproximadamente uma redução de 81% no ICMS nas operações intra e interestaduais. Para manutenção deste benefício, a Companhia precisa comprovar que mantém processo produtivo em seus estabelecimentos no Estado da Bahia; A partir de 01 de julho de 2023 até 30 de junho de 2025, foi concedido a Companhia o benefício de participar do "Programa de Estímulo à Indústria do Estado da Bahia – PROIND, conforme o Decreto nº 18.802, de 20 de dezembro de 2018, que fixa em 50% (cinquenta por cento) o percentual de Crédito Presumido do ICMS a ser aplicado sobre o saldo devedor, apurado em cada período fiscal, como redutor do imposto apurado pelo regime de conta corrente fiscal, em relação às operações de saídas de caçambas, furgões e carrocerias. (v) No Estado do Pará (PA), o incentivo de imposto de renda e adicionais é administrado pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, regido pelo artigo 1º da Medida Provisória 2.199-14/2001, com redação dada pelo artigo 32 da Lei nº 11.196/ 2005, artigos 5º e 13 do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela SUDAM, conforme Laudo constitutivo nº 133/2013 o benefício terminou no ano calendário de 2022. Atualmente a Companhia aguarda a aprovação dos pleitos. Vide Nota Explicativa nº 20(d); e (vi) O incentivo de imposto de renda e adicionais administrado pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, com fundamento no artigo 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, com a nova redação dada pelo artigo 69 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, conforme os critérios estabelecidos no Decreto nº 6.539, de 18 de agosto de 2008, e ainda, em conformidade com o Regulamento dos Incentivos Fiscais, foi concedido a filial localizada em Aquiraz conforme Laudo constitutivo nº 0197/2023, e foi renovado o da filial localizada em Simões Filho, conforme Laudo constitutivo nº 0198/2023, ambos com o período de vigência de 01 de janeiro de 2023 até 31 de dezembro de 2032. O benefício é deduzido diretamente da apuração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ), sendo que o saldo devedor a ser alcançado pelo incentivo deve ser gerado em função das operações próprias de cada estabelecimento industrial, gerando uma redução de 75% do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis. Em 2023 os valores ainda não foram lançados, pois a Companhia está aguardando a aprovação pela Receita Federal do Brasil em relação ao pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Vide Nota Explicativa nº 20(d). Impactos do conflito e das sanções relacionadas na Ucrânia, Rússia e Bielorrússia: A guerra na Ucrânia, iniciada em 2022, gera instabilidades econômicas no Brasil e no mundo. Muitos países impuseram e continuam a impor novas sanções a determinadas entidades e indivíduos russos. Sanções também foram impostas à Bielorrússia. Até a data de aprovação dessas demonstrações financeiras, a Administração da Companhia avaliou e concluiu que não houve impactos significativos em sua operação, tendo em vista o fato de a Companhia não transacionar com commodities, não exportar e não possuir operações nesses países. A Administração avalia de forma constante o desdobramento do assunto com o objetivo de implementar medidas para mitigar qualquer impacto em suas operações. As normas contábeis requerem que ao elaborar as demonstrações financeiras, a administração da Companhia deve fazer a avaliação da capacidade de a entidade continuar em operação no futuro previsível. A Administração, considerando o equilíbrio observado de sua liquidez corrente, além da expectativa de geração de caixa suficiente para liquidar os seus passivos para os próximos 12 meses, concluiu que não há nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando e, portanto, concluiu que é adequado a utilização do pressuposto de continuidade operacional para a elaboração de suas demonstrações financeiras.

2. Práticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgados na Nota 3. Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia em 10 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes até esta data. O resumo das principais práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas é o seguinte: a) Caixa e equivalentes de caixa: Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. b) Contas a receber de clientes: Registradas e mantidas no balanço pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, ajustados a valor presente e segregados entre curto e longo prazos de acordo com seus vencimentos, se aplicável. Quando julgado necessário pela Administração, é registrada provisão sobre créditos de liquidação duvidosa, constituída com base em análise das contas a receber em atraso, considerando ainda a expectativa de perda sobre as contas a receber, em montante considerado suficiente para cobrir perdas na sua realização. c) Estoques: Apresentados pelo menor valor entre o custo e o valor líquido realizável. Os custos dos estoques são determinados pelo método do custo médio de aquisição ou produção. O valor líquido realizável corresponde ao preço estimado de venda dos estoques, deduzido dos custos de produção e das despesas de venda. Quando aplicável, é constituída provisão em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir prováveis perdas na realização dos estoques. d) Imobilizado: Demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação e, quando aplicável, por perda por redução ao valor recuperável. São registrados como parte dos custos das imobilizações em andamento os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação desses ativos inicia-se quando estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado. Terrenos não são depreciados. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no fim da data do balanço patrimonial e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. As vidas úteis do ativo imobilizado são as seguintes:

	Anos
Edifícios e construções	25
Máquinas e equipamentos	10
Veículos	5
Instalações industriais	10
Ferramentas e utensílios	10
Móveis e utensílios administrativos e industriais	10
Sistemas e equipamentos de informática	5
Benfeitorias em propriedade de terceiros	25

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Arrendamentos: A Companhia avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. e.1) *Companhia como arrendatária:* Aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. Reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. e.2) *Ativos de direito de uso:* A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos. • Edificios – 2 a 9 anos; • Equipamentos – 4 anos. e.3) *Passivos de arrendamento:* Na data de início do arrendamento, a Companhia reconheceu os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Companhia usa a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. e.4) Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor: A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento. f) Provisões: Reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada exercício, considerando os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor do dinheiro no tempo é relevante). Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. g) Ativos e passivos vinculados a moedas estrangeiras ou sujeitos à atualização monetária: Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação monetária, são atualizados até a data do balanço. Os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira são convertidos para reais às taxas de câmbio em vigor na data do balanço. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício, exceto quando se referirem a resultados abrangentes que são registrados diretamente no patrimônio líquido. h) Tributos: A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos. h.1) *Tributos correntes:* A provisão para imposto de renda é calculada e registrada com base no lucro tributável relativo a cada exercício, ajustado na forma legal, calculada pela alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R$240. A contribuição social é calculada com base na alíquota de 9% sobre a base tributável. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado, porque exclui receitas e despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. h.2) *Tributos diferidos:* O imposto de renda e contribuição social diferidos são gerados por diferenças temporárias entre o valor contábil dos ativos e passivos e seus respectivos valores fiscais. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo

continua ...

... continuação

Facchini Participações S.A.

será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço, conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 11. O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor do que as estimativas consideradas, quando da definição da necessidade e do montante a ser registrado de ativo fiscal. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado na data do balanço e reduzido quando não for mais provável que haja lucro tributável disponível para permitir que todo o ativo, ou parte dele, seja recuperado. h.3) *Tributos sobre as vendas:* Despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos tributos sobre vendas, exceto: Quando os tributos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que o tributo sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso. i) Instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. i.1) *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. i) *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida):* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: • O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Os ativos financeiros da Companhia ao custo amortizado estão divulgados na Nota 26. ii) *Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:* Incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos obrigatoriamente mensurados ao valor justo. São classificados como mantidos para negociação se originados com o propósito de venda ou recompra no curto prazo. A cada data de balanço, são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, correção monetária, variação cambial e as variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas no resultado, quando incorridos, como receitas ou despesas financeiras. Os ativos financeiros da Companhia mensurados ao valor justo estão divulgados na Nota 26. i.2) *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. Os principais passivos financeiros reconhecidos pela Companhia estão divulgados na Nota 26. i.3) *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. j) Subvenções governamentais: Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. k) Reconhecimento de receita: A receita de contrato com cliente é reconhecida quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. A Companhia conclui que é o principal em seus contratos de receita porque controla os bens ou serviços antes de transferi-los para o cliente. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares. k.1) *Vendas de produtos:* O reconhecimento da receita não ocorre até que: (i) os implementos rodoviários tenham sido entregues para o cliente; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos. As vendas são registradas com base no preço especificado nos contratos de venda. k.2) *Prestação de serviços:* A receita referente à prestação de serviços com base em tempo e materiais contratados é reconhecida às taxas contratuais, conforme as horas trabalhadas e quando as despesas diretas são incorridas. k.3) *Componente de financiamento significativo:* Geralmente, a Companhia recebe adiantamentos de curto prazo de seus clientes. Utilizando o expediente prático contido no CPC 47, a Companhia não ajusta o valor prometido de contraprestação para efeito de um componente de financiamento significativo se tem a expectativa, no início do contrato, de que o período entre a transferência do bem ou serviço prometido para o cliente e o momento em que o cliente paga por este bem ou serviço será de um ano ou menos. l) Apuração do resultado: O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. m) Capital social – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. n) Lucro por ação: Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **2.4. Bases de consolidação e investimento em controlada:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada Facchini S.A., ambas em 31 de dezembro de 2023. A sociedade controlada está descrita na Nota Explicativa nº 12. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Companhia, as informações financeiras da controlada é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição ou até a data da efetiva alienação, conforme aplicável. Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações da Companhia e de sua controlada, a seguir relacionada, e foram preparadas de acordo com os seguintes principais critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos entre as empresas consolidadas contra o respectivo patrimônio líquido da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** Julgamentos: A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a administração da Companhia faça julgamentos, estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, e as respectivas divulgações, bem como as divulgações de passivos contingentes. No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras: *Determinação do prazo de arrendamento de contratos que possuam cláusulas de opção de renovação ou rescisão (Companhia como arrendatária):* A Companhia determina o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. A Companhia possui alguns contratos de arrendamento que incluem opções de renovação e rescisão, sendo aplicado julgamento ao avaliar se é razoavelmente certo se deve ou não exercer a opção de renovar ou rescindir o arrendamento. Nessa avaliação considera todos os fatores relevantes que criam um incentivo econômico para o exercício da renovação ou da rescisão. Após a mensuração inicial a Companhia reavalia o prazo do arrendamento se houver um evento significativo ou mudança nas circunstâncias que esteja sob seu controle e afetará sua capacidade de exercer ou não exercer a opção de renovar ou rescindir (por exemplo, realização de benfeitorias ou customizações significativas no ativo arrendado). Os períodos de renovação de arrendamentos de imóveis com períodos não canceláveis mais longos (os quais são de 5 a 10 anos) não são incluídos como parte do prazo do arrendamento, pois esses não são avaliados pela Administração como razoavelmente certos. Além disso, as opções de renovação para locações de máquinas não são incluídas como parte do prazo do arrendamento uma vez que a Companhia normalmente aluga os por não mais de cinco anos e, portanto, não exerce nenhuma opção de renovação. Ademais, os períodos cobertos pelas opções de rescisão são incluídos como parte do prazo do arrendamento apenas quando são avaliados como razoavelmente certos de não serem exercidos. Estimativas e premissas: As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir. *Arrendamentos – Estimativa da taxa incremental sobre empréstimos:* A Companhia não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que a Companhia teria que pagar ao pedir emprestado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação requer que a Administração considere estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento. A Companhia estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado) quando disponíveis e considera nesta estimativa aspectos que são específicos a Companhia (como o rating de crédito). *Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas:* A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. *Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):* O imposto de renda e a contribuição social (corrente e diferido) são calculados de acordo com interpretações da legislação em vigor, levando em consideração os benefícios fiscais, conforme mencionados na Nota 2. Este processo normalmente envolve estimativas complexas para determinar o lucro tributável e as diferenças temporárias. Em particular, o crédito fiscal diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias é reconhecido na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e possa ser utilizado. A mensuração da recuperabilidade do imposto de renda diferido sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias leva em consideração o histórico de lucro tributável, bem como a estimativa de lucro tributável futuro. *Provisão para perdas de crédito esperadas para contas a receber e ativos de contrato:* A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber e ativos de contrato com clientes. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso e indicadores externos para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes (como, por exemplo, por tipo de cliente e risco de crédito, entre outras). A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa a matriz de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **4. Normas, alterações e interpretações de normas:** a) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023: O Grupo avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 ou CPC 50 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Definição de Estimativas Contábeis – Alterações ao IAS 8:* As alterações ao IAS 8 (equivalente ao CPC 23 – políticas contábeis, mudança de estimativa e retificação de erro) esclarecem a distinção entre mudanças em estimativas contábeis, mudanças em políticas contábeis e correção de erros. Elas também esclarecem como as entidades utilizam técnicas de mensuração e inputs para desenvolver estimativas contábeis. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Divulgação de Políticas Contábeis – Alterações ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2*: As alterações ao IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) e o *IFRS Practice Statement 2* fornecem orientação e exemplos para ajudar as entidades a aplicar julgamentos de materialidade às divulgações de políticas contábeis. As alterações visam ajudar as entidades a fornecer divulgações de políticas contábeis mais úteis, substituindo o requisito para as entidades divulgarem suas políticas contábeis "significativas" por um requisito para divulgar suas políticas contábeis "materiais" e adicionando orientação sobre como as entidades aplicam o conceito de materialidade ao tomar decisões sobre divulgações de políticas contábeis. As alterações tiveram impacto relevante nas divulgações de políticas contábeis materiais do Grupo, tampouco não mensuração, reconhecimento ou apresentação de itens nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Imposto Diferido relacionado a Ativos e Passivos originados de uma Simples Transação – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 *Income Tax* (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) estreitam o escopo da exceção de reconhecimento inicial, de modo que ela não se aplique mais a transações que gerem diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis iguais, como arrendamentos e passivos de desativação. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Reforma Tributária Internacional – Regras do Modelo do Pilar Dois – Alterações ao IAS 12:* As alterações ao IAS 12 (equivalente ao CPC 32 – Tributos sobre o lucro) foram introduzidas em resposta às regras do Pilar Dois da OCDE sobre BEPS e incluem: • Uma exceção temporária obrigatória ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos decorrentes da implementação jurisdicional das regras do modelo do Pilar Dois; e • Requisitos de divulgação para entidades afetadas, a fim de ajudar os usuários das demonstrações financeiras a compreender melhor a exposição de uma entidade aos impostos sobre a renda do Pilar Dois decorrentes dessa legislação, especialmente antes da data efetiva. A exceção temporária obrigatória – cujo uso deve ser divulgado – entra em vigor imediatamente. Os demais requisitos de divulgação se aplicam aos períodos de relatório anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2023, mas não para nenhum período intermediário que termine em ou antes de 31 de dezembro de 2023. As alterações não tiveram impacto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, pois o Grupo não está sujeito às regras do modelo do Pilar Dois. b) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo, estão descritas a seguir. O Grupo pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento):* Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:* Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Grupo.

Rubens Facchini – Diretor-Presidente

Euclides Facchini Filho – Diretor Superintendente

Ailton Izaias – Contador CRC 1SP 126.674/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
Facchini Participações S.A.
Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Facchini Participações S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Facchini Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S.S.
CRC SP 027.623/F

Alexandre Fermino Alvares
Contador
CRC SP 211.793/O

EPR Infraestrutura PR S.A.

CNPJ/MF nº 51.136.974/0001-38

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão.
As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Relatório da Administração 2023

A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura") foi constituída em 1º de junho de 2023, tendo por objeto social explorar, no território nacional, projetos de infraestrutura em transportes, através da exploração direta e/ou da participação em sociedades de propósito específico que se dediquem a empreendimentos de exploração, operação e manutenção de complexos rodoviários federais e estaduais e respectivas faixas marginais. A EPR Infraestrutura detém 100% do capital votante da EPR Litoral Pioneiro S.A. ("EPR Litoral Pioneiro"). A EPR Litoral Pioneiro tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "BR-153/277/369 e PR-092/151/239/407/408/411/508 /804/855", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. O *"Contrato de Concessão nº 002/2023"* foi assinado em 30 de janeiro de 2024 e o prazo é de 30 anos.

Grupo EPR: A EPR 2 Participações S.A. ("EPR"), acionista controladora da EPR Infraestrutura é uma plataforma de investimentos em concessões de rodovias e mobilidade, com o propósito de prestar serviços a usuários, administrar e realizar investimentos para modernização e manutenção das rodovias concedidas pelo Poder Público, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das regiões em que atua. A EPR é a consolidação da parceria da Equipav, com mais de 60 anos de experiência em infraestrutura, com a Perfin, gestora de fundos de investimentos em infraestrutura. A EPR, por meio da EPR Litoral Pioneiro, e de outras três concessões (sociedades de propósito específico), administra, três concessões de rodovias no Estado de Minas Gerais e uma concessão de rodovia no Estado do Paraná.

1. Destaques do ano de 2023

Captação de recursos: Em 04 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura realizou a sua 1ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, nos termos da Resolução CVM 160, no valor total de R$ 250.000 mil.

2. Desempenho econômico-financeiro

Demonstração do Resultado *(em R$ mil)*

	Controladora	Consolidado
Receita Operacional Líquida	–	19.961
Custos dos Serviços Prestados	–	(19.961)
Lucro Bruto	**–**	**–**
Receitas (Despesas) Operacionais		
Despesas gerais e administrativas	(3)	(2.757)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(795)	–
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro	**(798)**	**(2.757)**
Resultado Financeiro		
Receitas Financeiras	172	3.114
Despesas Financeiras	(2.437)	(2.577)
Prejuízo Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	**(3.063)**	**(2.220)**
Imposto de Renda E Contribuição Social Correntes	–	(843)
Prejuízo do Período	**(3.063)**	**(3.063)**
Resultado por Ação Básico e Diluído – R$	**(0,0530)**	**(0,0530)**

Receita operacional líquida: A EPR Infraestrutura e a controlada foram constituídas em 2023, e a cobrança de pedágio ainda não foi iniciada até 31 de dezembro de 2023. A receita líquida totalizou R$ 19.961 mil no período findo em 31 de dezembro de 2023.

Receita (R$ mil)	2023
Receita Bruta	**19.961**
Receita de serviços de construção	19.961
Imposto sobre receitas operacionais	–
Receita Líquida	**19.961**

Custos Operacionais e Despesas gerais e administrativas

Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas *(R$ mil)*

	Controladora	Consolidado
Com pessoal	–	(66)
Custos de serviços de construção	–	(19.961)
Serviços de terceiros	(3)	(96)
Outros	–	(2.595)
Custos Operacionais e Despesas Gerais e Administrativas	**(3)**	**(22.718)**

Em 31 de dezembro de 2023, os custos de serviços de construção foram de R$ 19.961 mil de um total de R$ 22.718 mil, representando 88% do total de custos operacionais. Os custos de serviços de construção são relacionados aos custos das obras realizadas em 2023.

Resultado financeiro

Resultado Financeiro	Controladora	Consolidado
Receitas Financeiras		
Rendimento de aplicações financeiras	172	3.114
Despesas Financeiras		
Encargos Financeiros	(2.358)	(2.358)
Outras despesas	(79)	(219)
Resultado Financeiro	**(2.265)**	**537**

A receita financeira consolidada no exercício social findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 3.114 mil representada pelo rendimento de aplicações financeiras. A despesa financeira consolidada no período findo em 31 de dezembro de 2023 foi de R$ 2.577 mil referente aos encargos financeiros decorrentes dos juros das debêntures incorridos. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e contribuição social consolidado no período findo em 31 de dezembro de 2023, foi de R$ 843 mil. **Lucro líquido (prejuízo) do período:** No período findo em 31 de dezembro de 2023, a EPR Infraestrutura apresentou um prejuízo consolidado de R$ 3.063 mil. **Endividamento:** A EPR Infraestrutura possui saldo de dívida líquida negativa de R$ 232.904 mil em 31 de dezembro de 2023, como resultado da 1ª emissão de debêntures realizada em 04 de dezembro de 2023.

Endividamento (R$ mil)	Quantidade	Taxas Contratuais	Vencimento	2023
1ª emissão				
série única	250.000	CDI + 2,75%	dez-26	252.358
Total Debêntures				**252.358**
Caixa Consolidado				**(485.323)**
Dívida Líquida				**(232.965)**

3. Governança Corporativa

Conselho de Administração: A EPR Infraestrutura, em linha com o grupo EPR, tem o intuito em adotar as melhores práticas de governança corporativa no mercado por meio da futura instituição do Conselho de Administração. Atualmente, adota as mesmas práticas de governança corporativa de seus controladores. O Conselho de Administração terá como atribuições: fixar a orientação geral dos negócios da Companhia; eleger e destituir membros da Diretoria; convocar assembleia geral ordinária e extraordinária; manifestar-se sobre o relatório da administração e as contas da Diretoria; entre outras atribuições. **Auditoria e Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*. A Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda. foi contratada para prestação dos serviços de auditoria contábil para emissão de relatório sobre as demonstrações contábeis da EPR Infraestrutura referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. A Companhia não contratou seus auditores independentes para qualquer outro trabalho no período findo em 31 de dezembro de 2023.

4. Declaração da Diretoria

A Diretoria da EPR Infraestrutura S.A. declara, nos termos do artigo 27 da Resolução CVM nª 80 de 29 de março de 2022, que revisou, discutiu e concordou (i) com o conteúdo e opinião expressos no relatório do auditor Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.; (ii) com as demonstrações contábeis relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2023.

Balanços Patrimoniais – Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa	143	485.323
Impostos a recuperar	39	546
Adiantamentos a fornecedores	–	57
Total dos ativos circulantes	**182**	**485.926**
Investimento	499.860	–
Infraestrutura em construção	–	21.045
	499.860	**21.045**
Total do ativo não circulante	**499.860**	**21.045**
Total do Ativo	**500.042**	**506.971**
Passivo e Patrimônio Líquido	**Controladora 2023**	**Consolidado 2023**
Circulante		
Fornecedores	2	65
Debêntures	1.478	1.478
Obrigações sociais	–	28
Obrigações fiscais	–	1.087
Contas a pagar – partes relacionadas	61	5.811
Total do passivo circulante	**1.541**	**8.470**
Debêntures	248.314	248.314
Total do passivo não circulante	**248.314**	**248.314**
Total do Passivo	**249.855**	**256.784**
Patrimônio Líquido		
Capital social	5.133	5.133
Reservas de capital	248.117	248.117
Prejuízos acumulados	(3.063)	(3.063)
Total do patrimônio líquido	**250.187**	**250.187**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**500.042**	**506.971**

Demonstrações dos Resultados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto pelo resultado por ação)

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receita Operacional Líquida	–	19.961
Custo dos Serviços Prestados	–	(19.961)
Resultado Bruto	–	–
Gerais e administrativas	(3)	(2.757)
Equivalência patrimonial	(795)	–
Prejuízo Operacional	**(798)**	**(2.757)**
Receitas financeiras	172	3.114
Despesas financeiras	(2.437)	(2.577)
Resultado Financeiro	**(2.265)**	537
Prejuízo antes do Imposto de Renda	**(3.063)**	**(2.220)**
Imposto de renda e contribuição social	**–**	(843)
Prejuizo do Período	**(3.063)**	**(3.063)**
Resultado por ação		
Prejuizo por Ação Básico e Diluído – R$	**(0,0530)**	**(0,0530)**

Demonstrações dos Resultados Abrangentes do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Prejuízo do Período	(3.063)	(3.063)
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Período	(3.063)	(3.063)

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Capital Social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de junho de 2023	–	–	–	–
Aumento de capital	5.133	248.117	–	253.250
Prejuízo do período	–	–	(3.063)	(3.063)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	**5.133**	**248.117**	**(3.063)**	**250.187**

Demonstrações dos Fluxos de Caixa do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais		
Prejuízo do período	(3.063)	(2.220)
Ajustes de		
Juros e variações monetárias de debêntures	2.358	2.358
Equivalência patrimonial	795	–
Amortização do custo de captação	73	73
Redução (aumento) dos ativos operacionais:		
Impostos a recuperar	(39)	(546)
Adiantamentos a fornecedores	–	(57)
Fornecedores	2	65
Contas a pagar – partes relacionadas	61	5.811
Obrigações sociais	–	29
Obrigações fiscais	–	244
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais	187	5.757
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento		
Aquisições de itens da infraestrutura em andamento	–	(21.045)
Adições ao investimento	(500.655)	–
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(500.655)	(21.045)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento		
Emissão de debêntures	250.000	250.000
Custo de transação das debêntures	(2.639)	(2.639)
Aumento de capital e reserva de capital	(253.250)	(253.250)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	500.611	500.611
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa	143	485.323
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	–	–
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	143	485.323

Demonstrações dos Valores Adicionados do período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Consolidado 2023
Receitas		
Receita dos serviços de construção	–	19.961
	–	**19.961**
Insumos Adquiridos de Terceiros		
Custo dos serviços prestados	(3)	(96)
Custo dos serviços de construção	–	(19.961)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	–	(2.595)
	(3)	**(22.652)**
Valor Adicionado Líquido Produzido (Retido)	**(3)**	**(2.691)**
Valor Adicionado Recebido em Transferência		
Resultado de equivalência patrimonial	(795)	–
Receitas financeiras	172	3.114
	(623)	**3.114**
Valor Adicionado Total a Distribuir	**(626)**	**423**
Distribuição do Valor Adicionado		
Pessoal e encargos:		
Remuneração direta	–	50
FGTS	–	4
Impostos, taxas e contribuições:		
Federais (incluindo IOF)	–	858
Remuneração de capitais de terceiros:		
Juros	2.431	2.431
Outras despesas financeiras	6	143
Prejuízo do período	(3.063)	(3.063)
	(626)	**423**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023 *(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A EPR Infraestrutura PR S.A. ("EPR Infraestrutura" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 1º de junho de 2023, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1.188, conjunto 65, sala 22, 6º andar, Bairro Jardim Paulistano, no município de São Paulo-SP. A Companhia tem por objeto social explorar projetos de infraestrutura em transportes, através de exploração direta ou da participação em sociedades de propósito específico que explorem a operação e manutenção de complexos rodoviários estaduais e federais. Segmento Operacional: A Companhia avaliou a natureza do ambiente regulado em que opera e identificou que sua atuação tem como finalidade a prestação de serviços de operação de rodovias (utilidade pública), a qual é utilizada, inclusive, para o gerenciamento das operações e tomada de decisões estratégicas, sendo a única origem de fluxos de caixa operacionais. Sendo assim, concluiu que atua apenas nesse único segmento operacional.

2. Entidades do grupo – A tabela abaixo apresenta a participação da Companhia no quadro acionário total de sua controlada, bem como sua principal atividade.

Controlada	Atividade principal	Contrato de Concessão	Data de término da concessão	Participação	% de participação
EPR Litoral Pioneiro S.A.	Concessão de Rodovias	nº 02/2023	Fev/54	Direta	100%

Constituída em 1º de junho de 2023, a EPR Litoral Pioneiro S.A. ("Litoral Pioneiro") tem por objeto social, a exploração da concessão de serviços públicos de exploração do complexo rodoviário denominado "BR-153/277/369 E PR-092/151/239/407/408/411/508/804/855", que compreende os trechos rodoviários e respectivas faixas marginais, nos termos do contrato de Concessão celebrado junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, para a prestação dos serviços previstos, cobrança de pedágio e demais atos correlatos ao cumprimento do objeto do Contrato de Concessão. A concessão tem prazo de 30 anos. A principal fonte de receita da Litoral Pioneiro será através da arrecadação da tarifa de pedágio, a qual foi iniciada no primeiro trimestre de 2024. A tarifa de pedágio poderá ser reajustada anualmente, tendo como data-base do reajuste o mês de março. A Companhia é detentora da totalidade das ações da Litoral Pioneiro.

3. Base de preparação – 3.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas ("Grupo"), foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP) que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 15 de abril de 2024. Todas as informações relevantes próprias da demonstração financeira, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

José Carlos Cassaniga	**Giovanni Mott Galvão de Arruda Filho**	**Adriano Joni Grohskopf**
Diretor Presidente	Diretor	Contador CRC SC 028.502/O-3 S-PR

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **EPR Infraestrutura PR S.A.** – São Paulo-SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da EPR Infraestrutura PR S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de 1º de junho (início das operações) a 31 de dezembro de 2023, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. ***Capitalização de gastos de infraestrutura em construção:*** Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão (correlato ao IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato. Os critérios de reconhecimento desses valores e montantes investidos na infraestrutura estão divulgados nas notas explicativas 4.4 e 8 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A mensuração da infraestrutura em construção é afetada por elementos subjetivos devido às naturezas diversas dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como devido ao grau de julgamento para a determinação do ativo. Desta forma, identificamos a capitalização de gastos de infraestrutura em construção como área significativa de auditoria. Como nossa auditoria conduziu esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação dos critérios de classificação de gastos como infraestrutura em construção e intangível; (ii) teste das adições da infraestrutura em construção para validação da existência e avaliação da natureza do gasto e a correta classificação; e (iii) avaliação da natureza dos gastos capitalizados como infraestrutura em construção e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelo contrato de concessão e normas contábeis vigentes. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios de capitalização de gastos de infraestrutura em construção adotados pela Companhia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 4.4 e 8, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outros assuntos:** *Demonstrações do valor adicionado:* As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao período de 1º de junho a 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e sua controlada são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e sua controlada. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 15 de abril de 2024.

EY

Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-027623/F
José Antonio de Andrade Navarrete
Contador CRC SP-198698/O

MM & Santos Participações S/A

CNPJ/MF nº 30.870.079/0001-72

Aviso – Demonstrações Financeiras Resumidas em Atendimento ao Parecer de Orientação CVM nº 39, de 20 de dezembro de 2021

As demonstrações financeiras apresentadas a seguir são demonstrações financeiras resumidas e não devem ser consideradas isoladamente para a tomada de decisão. O entendimento da situação financeira e patrimonial da companhia demanda a leitura das demonstrações financeiras completas auditadas, elaboradas na forma da legislação societária e da regulamentação contábil aplicável. As demonstrações financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente, estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos: a) https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/.

Balanço Patrimonial – Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

Ativo	Nota explicativa	2023	2022
Circulante			
Dividendos a receber	4	**14.765**	**17.281**
Total do ativo circulante		**14.765**	**17.281**
Não circulante			
Investimento	5	**629.402**	**474.573**
Total do ativo não circulante		**629.402**	**474.573**
Total do ativo		**644.167**	**491.854**
Passivo e patrimônio líquido	**Nota explicativa**	**2023**	**2022**
Circulante			
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar	6	**16.500**	**19.016**
Outros passivos		**274**	**222**
Total do passivo circulante		**16.774**	**19.238**
Patrimônio líquido	6		
Capital social		**333.400**	**243.000**
Reserva legal		**25.047**	**18.387**
Reserva de lucros		**268.946**	**211.229**
Total do patrimônio líquido		**627.393**	**472.616**
Total do passivo e do patrimônio líquido		**644.167**	**491.854**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma)*

	2023	2022
Receitas (despesas) operacionais		
Administrativas e gerais	(52)	(57)
Equivalência patrimonial	156.094	128.863
	156.042	128.806
Lucro líquido do exercício	156.042	128.806
Quantidade ponderado de ações do capital social	83.406.038	83.406.038
Lucro básico e diluído por ação – R$	1,87	1,54

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	156.042	128.806
Outros resultados abrangentes		
Resultado abrangente do exercício	156.042	128.806

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros: Reserva legal	Reserva de lucros: Reserva de capital de giro	Reserva de lucros: Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**120.000**	**10.488**	**109.217**	**29.272**	**–**	**268.977**
Incorporação – RF&N Participações S.A.	1	43.000	2.299	30.523	74	–	75.896
Aumento de capital	6 b)	80.000	–	(51.067)	(28.933)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	128.806	128.806
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal	6 d)	–	5.600	–	–	(5.600)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais	6 e)	–	–	–	16.809	(16.808)	1
Dividendos propostos	6 c)	–	–	–	–	(1.064)	(1.064)
Reserva de capital de giro	6 f)	–	–	105.334	–	(105.334)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**243.000**	**18.387**	**194.007**	**17.222**	**–**	**472.616**
Aumento de capital		90.400	–	(73.658)	(16.742)	–	–
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	156.042	156.042
Destinação do lucro líquido do exercício:							
Reserva legal		–	6.660	–	–	(6.660)	–
Constituição de reserva para incentivos fiscais		–	–	–	22.845	(22.845)	–
Dividendos propostos		–	–	–	–	(1.265)	(1.265)
Reserva de capital de giro		–	–	125.272	–	(125.272)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2023		**333.400**	**25.047**	**245.621**	**23.325**	**–**	**627.393**

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 *(Em milhares de reais)*

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	**156.042**	**128.806**
Ajustes para conciliar o lucro líquido ao caixa originário das atividades operacionais:		
Equivalência patrimonial	(156.094)	(128.863)
	(52)	(57)
Aumento dos passivos operacionais:		
Outros passivos	52	57
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	–	–
Fluxo de caixa de atividades de investimentos		
Dividendos recebidos	3.781	3.809
Caixa gerado pelas atividades de investimento	3.781	3.809
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Dividendos pagos	(3.781)	(3.809)
Caixa aplicado nas atividades de financiamentos	(3.781)	(3.809)
Aumento de caixa e equivalente de caixa	–	–
Caixa e equivalente de caixa – no início do exercício	–	–
Caixa e equivalente de caixa – no fim do exercício	–	–

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às Demonstrações Financeiras Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022 *(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)*

1. Contexto operacional – A MM & Santos Participações S.A. ("Companhia") com sede em São José do Rio Preto-SP tem por objeto social a participação, na qualidade de controladora ou não, no capital de empresas comerciais como sócia ou acionista, bem como administração de bem próprios. A Companhia possui participação societária na Facchini Participações S.A. "holding", controladora do Grupo Facchini, que por sua vez, possui participação e controla a sociedade operacional Facchini S.A., que concentra substancialmente as operações do Grupo. **2. Práticas contábeis materiais – 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações que incorporam as alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09 e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Essas demonstrações financeiras foram aprovadas pela administração da Companhia e autorizadas para emissão em 10 de abril de 2024. **2.2. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas práticas contábeis. A administração da Companhia não identificou em 31 de dezembro de 2023 e 2022, estimativas que requeressem maior nível de julgamento, sem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas não foram consideradas significativas para as essas demonstrações financeiras. Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão, estando determinadas práticas contábeis divulgadas em suas respectivas notas explicativas. O resumo das práticas contábeis materiais adotadas na elaboração das demonstrações financeiras é o seguinte: **a) Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem saldos de caixa, depósitos bancários à vista, fundos mantidos em contas bancárias e aplicações financeiras. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício, possuem vencimentos inferiores a 90 dias ou não possuem prazos fixados para resgate, têm liquidez imediata e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. **b) Instrumentos financeiros:** Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. *Ativos financeiros:* Ativos financeiros são classificados no reconhecimento inicial e subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida) :* A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se ambas as seguintes condições forem atendidas: O ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais. • Os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto. Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Companhia não possuía ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, outros resultados abrangentes, tampouco instrumentos financeiros derivativos. *Passivos financeiros:* Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis ou contas a pagar. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia incluem outros passivos. *Compensação de instrumentos financeiros:* Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente. **c) Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando há razoável segurança de que a entidade cumprirá todas as condições estabelecidas e relacionadas à subvenção e de que a subvenção será recebida. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício de forma sistemática em relação às respectivas despesas cujo benefício pretende compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida no passivo e em base sistemática e racional durante a vida útil do ativo. A conta de reserva para incentivo fiscal representa a equivalência reflexo da reserva de incentivo fiscal da sociedade investida Facchini Participações S.A. (Nota 6.e). **d) Apuração do resultado:** O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência de exercício. **e) Capital social** – Ações ordinárias: São classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários. **f) Lucro por ação:** Calculado com base na quantidade ponderada de ações do capital social no exercício. **g) Investimento em coligada:** Nas demonstrações financeiras da Companhia, as informações financeiras da coligada Facchini Participações S.A., onde a Companhia mantém participação de 33,34% (2022 – 33,34%), é reconhecida por meio do método de equivalência patrimonial. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de sua coligada é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Os ganhos e as perdas de diluição, ocorridos em participações em coligadas, são reconhecidos na demonstração do resultado. **h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023:** A Companhia avaliou as normas e alterações que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2023 (exceto quando indicado de outra forma), e decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. *IFRS 17 ou CPC 50 – Contratos de Seguro:* O IFRS 17 (equivalente ao CPC 50 Contratos de Seguro) é uma nova norma de contabilidade com alcance para contratos de seguro, abrangendo o reconhecimento e mensuração, apresentação e divulgação. O IFRS 17 (CPC 50) substitui o IFRS 4 – Contratos de Seguro (equivalente ao CPC 11). O IFRS 17 (CPC 50) se aplica a todos os tipos de contratos de seguro (como de vida, ramos elementares, seguro direto e resseguro), independentemente do tipo de entidades que os emitem, bem como a certas garantias e instrumentos financeiros com características de participação discricionária; algumas exceções de escopo se aplicarão. O objetivo geral do IFRS 17 (CPC 50) é fornecer um modelo de contabilidade abrangente para contratos de seguro que seja mais útil e consistente para seguradoras, cobrindo todos os aspectos contábeis relevantes. O IFRS 17 (CPC 50) é baseado em um modelo geral, complementado por: • Uma adaptação específica para contratos com características de participação direta (a abordagem de taxa variável); e • Uma abordagem simplificada (a abordagem de alocação de prêmios) principalmente para contratos de curta duração. A nova norma não teve impacto nas demonstrações financeiras da Companhia. **i) Normas emitidas, mas ainda não vigentes em 2023:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. *Alterações ao IFRS 16: Passivo de Locação em um Sale and Leaseback (Transação de venda e retroarrendamento) :* Em setembro de 2022, o IASB emitiu alterações ao IFRS 16 (equivalente ao CPC 06 – Arrendamentos) para especificar os requisitos que um vendedor-arrendatário utiliza na mensuração da responsabilidade de locação decorrente de uma transação de venda e arrendamento de volta, a fim de garantir que o vendedor-arrendatário não reconheça qualquer quantia do ganho ou perda que se relaciona com o direito de uso que ele mantém. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente a transações *sale and leaseback* celebradas após a data de aplicação inicial do IFRS 16 (CPC 06). A aplicação antecipada é permitida e esse fato deve ser divulgado. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Alterações ao IAS 1: Classificação de Passivos como Circulante ou Não-Circulante:* Em janeiro de 2020 e outubro de 2022, o IASB emitiu alterações aos parágrafos 69 a 76 do IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) – Apresentação das demonstrações contábeis) para especificar os requisitos de classificação de passivos como circulante ou não circulante. As alterações esclarecem: • O que se entende por direito de adiar a liquidação. • Que o direito de adiar deve existir no final do período das informações financeiras. • Que a classificação não é afetada pela probabilidade de a entidade exercer seu direito de adiar. • Que somente se um derivativo embutido em um passivo conversível for ele próprio um instrumento de patrimônio, os termos de um passivo não afetarão sua classificação. Além disso, foi introduzida uma exigência de divulgação quando um passivo decorrente de um contrato de empréstimo é classificado como não circulante e o direito da entidade de adiar a liquidação depende do cumprimento de *covenants* futuros dentro de doze meses. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1º de janeiro de 2024 e devem ser aplicadas retrospectivamente. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. *Acordos de financiamento de fornecedores – Alterações ao IAS 7 e IFRS 7:* Em maio de 2023, o IASB emitiu alterações ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) – Demonstrações do fluxo de caixa) e ao IFRS 7 (equivalente ao CPC 40 (R1) – Instrumentos financeiros: evidenciação) para esclarecer as características de acordos de financiamento de fornecedores e exigir divulgações adicionais desses acordos. Os requisitos de divulgação nas alterações têm como objetivo auxiliar os usuários das demonstrações financeiras a compreender os efeitos dos acordos de financiamento com fornecedores nas obrigações, fluxos de caixa e exposição ao risco de liquidez de uma entidade. As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras anuais que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2024. A adoção antecipada é permitida, mas deve ser divulgada. Não se espera que as alterações tenham um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia. **3. Gestão de risco financeiro –** (a) Fatores de risco financeiro: As atividades da Companhia a expõem ao risco de liquidez, substancialmente em decorrência da dependência dos dividendos gerados pela entidade operacional do Grupo Facchini S.A. (controlada da Facchini Participações S.A.). A administração da Companhia entende que o risco de liquidez é baixo, uma vez que a referida sociedade operacional apresenta historicamente geração de fluxos de caixa suficiente para honrar seus compromissos operacionais e financeiros, manutenção do seu plano de investimento, e remuneração dos seus acionistas por meio de dividendos e juros sobre capital próprio. A Companhia não opera com instrumentos financeiros derivativos ou outros instrumentos financeiros de risco similares. *Risco de taxas de juros:* é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a sofrer perdas (ou não auferir ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros incidentes sobre passivos captados e ativos aplicados no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia adota política de diversificação, alternando a contratação de suas dívidas. A previsão do fluxo de caixa é realizada pela Administração que monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de recebimento de dividendos de sua coligada e pagamento de dividendos aos seus acionistas. Não é esperado que fluxos de caixa, incluídos nas análises de maturidade da Companhia, possam ocorrer significantemente mais cedo ou em montantes significantemente diferentes. (b) Gestão de capital: Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. A Companhia vem acumulando recursos e reservas de lucros de forma a corresponder com os investimentos que estão sendo projetados com a necessidade de capital de giro necessária para os próximos anos. A gestão de capital da Companhia é feita para equilibrar as fontes de recursos próprias e terceiras, balanceando o retorno para os acionistas e o risco para acionistas e credores. A Companhia não possui dívidas com terceiros. (c) Instrumentos financeiros: Em 31 de dezembro de 2023 e de 2022, os ativos e passivos financeiros da Companhia estão mensurados ao custo amortizado. Os valores contábeis, referentes aos instrumentos financeiros constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes, com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Rubens Facchini – Diretor Presidente

Maria Jislaine Isaias Bento – Contadora CRC 1SP 159.572/O-2

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Administradores e Acionistas
MM & Santos Participações S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da MM & Santos Participações S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as práticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da MM & Santos Participações S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 10 de abril de 2024.

Ernst & Young
Auditores Independentes S/S.
CRC SP-027623/F
Alexandre Fermino Alvares
Contador CRC SP-211793/O

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

CNPJ/ME nº 17.077.752/0001-53

trinityenergia.com.br

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022 *(Valores expressos milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

Ativo	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	27.039	36.738	34.300	38.717
Contas a receber	144.140	69.318	151.872	69.821
Estoque	31	-	179	-
Impostos a recuperar	715	301	1.251	355
Valor justo dos contratos de energia	104.564	143.831	104.564	143.831
Outros ativos	1.989	5.835	2.071	12.706
	278.478	**256.024**	**294.236**	**265.431**
Ativo mantido para venda	28.829	-	229.512	-
	307.307	**256.024**	**523.749**	**265.431**
Não circulante				
Contas a receber	-		60.208	
Valor justo dos contratos de energia	54.673	80.505	54.673	80.505
Ativo fiscal diferido	2.418	518	2.418	518
Partes relacionadas	55.516	1.225	-	-
Outros ativos	-	-	-	2.248
	112.607	**82.248**	**117.299**	**83.271**
Investimento	20.953	31.297	-	-
Imobilizado	1.856	3.236	1.875	122.027
Intangível	-	-	11.724	-
	22.809	**34.533**	**13.599**	**122.027**
Total do ativo	**442.723**	**372.805**	**654.647**	**470.729**

Passivo e patrimônio líquido	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Circulante				
Fornecedores	152.484	60.918	156.718	61.854
Empréstimos	21	-	11.182	3.040
Obrigações tributárias	3.004	4.060	5.334	4.447
Obrigações trabalhistas	249	381	254	382
Passivo fiscal diferido	-	-	445	-
Partes relacionadas	22.218	-	8.689	-
Adiantamentos	1.415	-	1.416	-
Valor justo dos contratos de energia	97.910	134.887	97.910	134.887
Dividendos propostos	12.000	2.066	12.240	2.159
Outros passivos	42.304	27.585	42.325	28.304
	331.605	**229.897**	**336.513**	**235.073**
Passivo mantido para venda	-	-	157.158	-
	331.605	**229.897**	**493.672**	**235.073**
			(256)	
Não circulante				
Valor justo dos contratos de energia	44.365	75.932	44.365	75.932
Passivo fiscal diferido	-	5.722	3.570	5.722
Outras contas a pagar	26	-	26	7.455
Empréstimos	33	-	31.794	85.287
	44.424	**81.655**	**79.756**	**174.398**
Patrimônio líquido				
Capital social	38.760	38.760	38.760	38.760
(-) Ações em tesouraria	(11.180)	-	(11.180)	-
Transação de Capital	219	219	219	219
Reserva de lucros	38.895	22.274	38.895	22.274
	66.694	**61.253**	**66.694**	**61.253**
Participação de não controladores	-	-	14.525	5
Total do patrimônio líquido	**66.694**	**61.253**	**81.219**	**61.258**
Total do passivo e patrimônio líquido	**442.723**	**372.805**	**654.647**	**470.729**

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Consolidado								
	Controladora								
	Capital social	Transações de capital	Reserva de Capital	Reserva legal	Reserva de lucros	Lucros líquidos/(prejuízos) acumulados	Total	Participação dos não controladores	Total do patrimônio liquido
Saldos em 31 de dezembro de 2022	**38.760**	**219**	**-**	**650**	**21.624**	**-**	**61.253**	**4**	**61.258**
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	-	14.525	**14.525**
Ações em tesouraria	-	-	(11.180)	-	-	-	(11.180)	-	**(11.180)**
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(444)	**(444)**
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	28.621	28.621	440	**29.061**
Transferência de reserva legal	-	-	-	1.431	(1.431)	-	-	-	**-**
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(12.000)	-	(12.000)	-	**(12.000)**
Transferência para reserva de lucros	-	-	-	-	28.621	(28.621)	-	-	**-**
Saldos em 31 de dezembro de 2023	**38.760**	**219**	**(11.180)**	**2.081**	**36.814**	**-**	**66.694**	**14.525**	**81.219**

Demonstrações do resultado - Em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Receita operacional líquida	1.319.651	1.345.279	1.328.191	1.355.998
Custo da energia comercializada	(1.323.463)	(1.324.094)	(1.323.463)	(1.324.094)
Resultado do valor justo de contratos de energia	3.445	3.315	3.445	3.315
Lucro bruto	**(367)**	**24.500**	**8.174**	**35.219**
Receitas/(despesas) operacionais				
Despesas administrativas	(20.316)	(17.733)	(20.353)	(18.957)
Resultado de equivalência patrimonial	40.795	7.553	-	-
Outras (despesas)/receitas	57	(1.429)	41.224	(1.424)
Lucro antes do resultado financeiro	**20.168**	**12.892**	**29.045**	**14.838**
Receitas financeiras	2.567	2.860	2.590	3.090
Despesas financeiras	(447)	(1.678)	(463)	(2.481)
Resultado financeiro	**2.119**	**1.180**	**2.127**	**610**
Lucro antes do IRPJ e da CSLL	**22.288**	**14.072**	**31.173**	**15.449**
IRPJ e CSLL				
Corrente	(325)	(663)	(6.191)	(1.946)
Diferido	6.659	(1.370)	6.659	(1.370)
	6.333	**(2.034)**	**467**	**(3.316)**
Resultado líquido das operações em continuidade	28.621	12.038	31.640	12.133
Resultado líquido das operações descontinuadas	-	-	(2.579)	-
Lucro líquido do exercício	**28.621**	**12.038**	**29.061**	**12.133**
Atribuível a:				
Atribuído aos controladores operações em continuidade			31.200	12.038
Atribuído aos não controladores operações em continuidade			440	95
Atribuído aos controladores operações descontinuadas			(2.579)	-
Atribuído aos não controladores operações descontinuadas			-	-
			29.061	**12.133**
Quantidade por ações (mil)			4.512	
Lucro/(prejuízo) por ações - R$			6,91	

Demonstrações do resultado abrangente - Em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Total do resultado abrangente do exercício	**28.621**	**12.038**	**29.061**	**12.133**
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
	28.621	**12.038**	**29.061**	**12.133**
Resultado abrangente das operações em continuidade	28.621	12.038	31.640	12.133
Resultado abrangente da soperações descontinuadas	-	-	(2.579)	-
Resultado abrangente do exercício	**28.621**	**12.038**	**29.061**	**12.133**
Atribuível a:				
Atribuído aos controladores operações em continuidade		31.200	12.038	
Atribuído aos não controladores operações em continuidade		440	95	
Atribuído aos controladores operações descontinuadas			(2.579)	-
Atribuído aos não controladores operações descontinuadas			-	-
			29.061	**12.133**

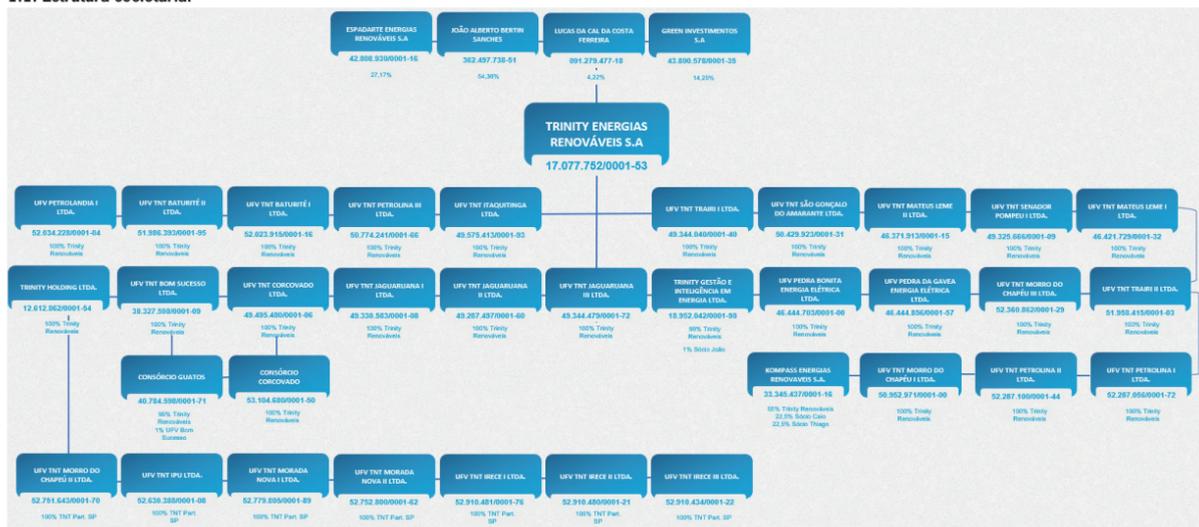
Demonstrações dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro de 2023 e dezembro de 2022 *(Valores expressos em milhares de Reais)*

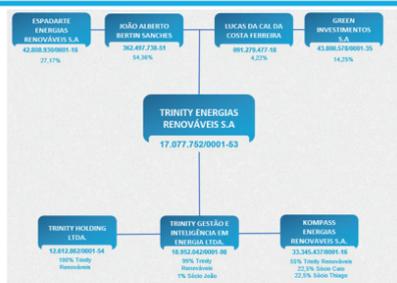
	Controladora 2023	Controladora 2022	Consolidado 2023	Consolidado 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	**28.621**	**12.038**	**72.402**	**12.133**
Ajustes que não afetam o caixa				
Depreciação e amortização	813	6	813	6
Resultado do valor justo de contratos de energia	(3.445)	(3.315)	(3.445)	(3.315)
Tributos diferidos	(8.113)	1.370	(8.113)	1.370
Baixa de ativo intangível	-	1.421	-	1.421
Outros resultados com investimentos	-	6	-	-
Equivalência patrimonial	(40.795)	(7.553)	(40.763)	-
	(22.920)	**3.972**	**20.892**	**11.615**
(Decréscimo)/acréscimo nas contas de ativo				
Contas a receber	(77.560)	64.844	(77.279)	64.810
Impostos a recuperar	(414)	(271)	(414)	(270)
Outros ativos	6.495	(5.125)	6.495	(13.986)
Acréscimo/(decréscimo) nas contas de passivo				
Fornecedores	91.566	(74.127)	91.566	(78.903)
Obrigações tributárias	(565)	2.168	1.395	1.918
Salários e provisões a pagar	(133)	88	(133)	394
Outros passivos	16.160	23.140	16.011	26.608
Caixa gerado das/(usado nas) atividades operacionais	**12.629**	**14.691**	**58.534**	**12.186**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de imobilizado	(277)	(1.299)	(277)	(101.382)
Baixa imobilizado	903	-	903	-
Aquisição de empresa	(13.000)	-	(13.000)	-
Caixa controlada adquirida	-	-	7.218	-
Aporte de capital	(170)	(29.566)	(240)	-
Dividendos recebidos	43.479	9.580	43.479	-
Caixa usado nas atividades de investimento	**30.935**	**(21.284)**	**38.083**	**(101.382)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento				
Empréstimos com partes relacionadas	(40.074)	(1.225)	(42.262)	-
Captação de empréstimos	54	-	54	82.861
Dividendos pagos	(2.064)	(1.941)	(45.691)	(1.941)
Ações em Tesouraria	(11.180)	-	(11.180)	-
Aumento/(redução de capital social)	-	35.082	-	35.081
Caixa gerado/(aplicado) das atividades de financiamento	**(53.263)**	**31.916**	**(99.078)**	**116.001**
Acréscimo/(decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(9.699)**	**25.323**	**(2.461)**	**26.805**
Caixa e equiv. de caixa no início do exercício	36.739	11.415	36.761	11.912
Caixa e equiv. de caixa no final do exercício	27.039	36.738	34.300	38.717
Acréscimo/(Decréscimo) líquido no caixa e equivalentes de caixa	**(9.699)**	**25.323**	**(2.461)**	**26.805**

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

1. CONTEXTO OPERACIONAL:

A Trinity Energias Renováveis S.A. ("Sociedade" ou "Trinity") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 23 de outubro de 2012, com Sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua das Olimpíadas nº 134, 12º andar; Bairro Vila Olímpia, CEP 04551-000. Tem por objeto social: (i) a comercialização de energia elétrica no mercado livre, tanto no atacado quanto no varejo, incluindo a compra, a venda, a importação e a exportação de energia elétrica; (ii) a intermediação da compra, venda, importação e exportação de energia elétrica; (iii) a prestação de serviços de assessoria empresarial; (iv) o comércio varejista de energia elétrica; e (v) a geração de energia elétrica, sendo autorizada pela Agência Nacional de Energia Elétrica para comercialização de energia elétrica por meio do Despacho nº 368, de 18 de fevereiro de 2013, organizada e regida nos termos do presente Estatuto Social e das demais disposições aplicáveis. A princípio atuando apenas na comercialização e na prestação de serviços de gestão em energia, a Sociedade iniciou, em 2021, a prospecção de projetos de geração de energia de fontes renováveis em geração distribuída, estruturando uma área para avaliação, administração e controle dos sites que estão sendo construídos ou adquiridos. Os projetos estão localizados nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro, Ceará, Bahia e Pernambuco. Já se encontram em operação as usinas de Bom Sucesso (MG), Mateus Leme I e Mateus Leme II (MG). Em 2023 foram implantados diversos projetos na região Nordeste, consolidando a Sociedade como um importante player no segmento de geração distribuída. Abaixo estão demonstradas as usinas constituídas de acordo com o respectivo estado: **Minas Gerais**: UFV TNT I Bom Sucesso Ltda; UFV TNT Mateus Leme I Ltda. e UFV TNT Mateus Leme II Ltda. e Consórcio Guatos. **Rio de Janeiro**: UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda. e UFV TNT Corcovado Ltda. **Ceará**: UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda.; UFV TNT Ipu Ltda. e UFV TNT Senador Pompeu I Ltda., UFV TNT Trairi I Ltda., UFV TNT Trairi II Ltda., UFV TNT Baturité I Ltda., UFV TNT Baturité II Ltda., UFV TNT Morada Nova I Ltda. e UFV TNT Morada Nova II Ltda. **Bahia**: UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda. e UFV TNT Irecê III Ltda. **Pernambuco**: UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda., UFV TNT Petrolina III Ltda., UFV TNT Itaquitinga Ltda. e UFV TNT Petrolândia I Ltda. Também foi constituído o Consórcio Corcovado com a finalidade de atender às demandas da UFV TNT Corcovado Ltda.

1.1. Estrutura societária:

A Sociedade possui participação societária direta e de 100% nas seguintes Controladas: • Trinity Holding Ltda.; • UFV TNT I Bom Sucesso Ltda.; • Consórcio Corcovado • UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.; • UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda.; • UFV TNT Mateus Leme I Ltda.; • UFV TNT Mateus Leme II Ltda. • UFV TNT Corcovado Ltda. • UFV TNT Jaguaruana I Ltda. • UFV TNT Jaguaruana II Ltda. • UFV TNT Jaguaruana III Ltda. • UFV TNT Senador Pompeu I Ltda. • UFV TNT Trairi I Ltda. • UFV TNT Trairi II Ltda. • UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda. • UFV TNT Itaquitinga Ltda. • UFV TNT Petrolina I Ltda. • UFV TNT Petrolina II Ltda. • UFV TNT Petrolina III Ltda. • UFV TNT Baturité I Ltda. • UFV TNT Baturité II Ltda. • UFV TNT Petrolândia I Ltda. • UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda. • UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda. E possui participação direta e de 99% na **Trinity Gestão e Inteligência em Energia Ltda. e Consórcio Guatos.,** e participação de 55% na empresa **Kompass Energias Renováveis S.A.** A controlada Trinity Holding possui participação societária direta e de 100% nas seguintes empresas: • UFV TNT Ipu I Ltda. • UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda. • UFV TNT Morada Nova I Ltda. • UFV TNT Morada Nova II Ltda. • UFV TNT Irecê I Ltda. • UFV TNT Irecê II Ltda. • UFV TNT Irecê III Ltda.

Estrutura Societária após operação descontinuada

1.2. Operação descontinuada: Ao final de 2023 a Companhia. de forma estratégica decidiu que as operações em geração distribuída não farão parte do core business, desta forma foi aprovado destinação destes ativos para venda (vide nota 9 e 21). Ao mesmo tempo, foi aprovado investimento na sociedade Kompass Energias Renováveis S.A. (vide nota 1.3 e nota 8). As demonstrações contábeis consolidadas ("Consolidado") e individuais ("Controladora") da Sociedade, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, abrangem a Sociedade e suas controladas. A Sociedade consolidou integramente as demonstrações contábeis das controladas: Trinity Gestão e Inteligência em Energia Ltda., Trinity Holding Ltda., UFV TNT I Bom Sucesso Ltda., UFV TNT Mateus Leme I Ltda., UFV TNT Mateus Leme II Ltda., UFV Pedra da Gávea Energia Elétrica Ltda.; UFV Pedra Bonita Energia Elétrica Ltda., UFV TNT Corcovado Ltda; UFV TNT São Gonçalo do Amarante Ltda.; UFV TNT Jaguaruana I Ltda.; UFV TNT Jaguaruana II Ltda.; UFV TNT Jaguaruana III Ltda.; UFV; UFV TNT Senador Pompeu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu I Ltda.; UFV TNT Morro do Chapéu III Ltda.; UFV TNT Petrolina I Ltda.; UFV TNT Petrolina II Ltda.; UFV TNT Petrolina III Ltda., UFV TNT Petrolândia I Ltda., UFV TNT Itaquitinga Ltda., UFV TNT Baturité I Ltda., UFV TNT Baturité II Ltda., UFV TNT Trairi I Ltda, UFV TNT Trairi II Ltda.,e Kompass Energias Renováveis S.A., que estão registradas no seu balanço contábil no grupo de Investimentos. As sociedades TNT Ipu Ltda; UFV TNT Morro do Chapéu II Ltda.; UFV TNT Irecê I Ltda.; UFV TNT Irecê II Ltda.; UFV TNT Irecê III Ltda.; UFV TNT Morada Nova I Ltda., UFV Morada Nova II Ltda., são controladas e estão consolidadas integralmente pela Trinity Holding Ltda. (vide nota 1.1). **1.3. Combinação de negócios**: A Companhia efetivou em 28 de dezembro de 2023 a compra de 55% da sociedade Kompass Energias Renováveis S.A. se tornando controladora. A Kompass é uma sociedade de energia solar fundada em 2017, com foco em fornecer soluções de geração de energia para condomínios residenciais e comerciais. Esse é um mercado potencial com mais de 100 mil condomínios em todo o Brasil. A solução da Kompass atende à demanda de energia da área comum do condomínio, reduzindo a sua conta de energia. Nela está incluso um pacote completo de serviços, desde a compra dos materiais necessários até a instalação e manutenção dos sistemas de geração de energia, sem necessidade de qualquer desembolso antecipado por parte dos condomínios, representando imediata economia. Atualmente, a Companhia se concentra na cidade do Rio

continuação

continuação

TRINITY ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.

de Janeiro, onde há grande potencial de prospecção devido aos altos custos com energia. No entanto, a Kompass possui grande potencial de expansão para outros estados, já tendo iniciado esse movimento com a entrega de seus primeiros projetos em Brasília. Até 2023, já eram mais de 105 projetos entregues e 12MW instalados. **Modelo de Negócios:** O que diferencia a Kompass no mercado é o seu modelo de negócios, que permite o total parcelamento da implementação de uma usina de geração pelo condomínio, sem que seja necessário qualquer desembolso inicial. Isso gera economia praticamente imediata, aumentando a disponibilidade de caixa dos condomínios, que possuem boa capacidade de pagamento e baixo risco de inadimplência. Os contratos com os clientes incluem 120 parcelas, que são corrigidas anualmente pelo IPCA. A parcela mensal da Kompass somada ao valor residual da conta de luz é menor do que a fatura anterior ao projeto, diminuindo ou extinguindo a exposição às alterações de “bandeira“ e os sucessivos reajustes anuais acima da inflação. Como resultado, o orçamento dos condomínios fica mais estável, com redução de custos correntes e valorização do imóvel. Em média, o condomínio irá pagar 80% da sua fatura atual (valor residual da concessionária mais o financiamento da usina com a Kompass). Ao final do financiamento, o cliente pagará apenas um valor equivalente a 1/3 da fatura anterior à Kompass. Além disso, o foco em condomínios também permite uma estratégia de proteção ao capital. Ao invés de pagamentos individuais de dezenas de pessoas físicas, o pagamento é realizado através de uma só pessoa jurídica. Dessa forma, caso algum condômino fique inadimplente com o condomínio, o pagamento dos demais condôminos e a reserva de caixa do próprio condomínio cobrem essa inadimplência e o pagamento à Kompass não é afetado. Mesmo com as mudanças nas leis de Geração Distribuída implementadas no início do ano de 2022, o modelo de negócio da Kompass ainda se mantém protegido, pois seus clientes fazem geração junto à carga e consomem no mínimo 65%-70% dessa energia de forma instantânea. Ou seja, a maior parte de seu consumo não passa pela rede na forma de créditos, que serão afetados pela mudança na legislação. Em resumo, a Kompass é uma Companhia que oferece soluções de energia elétrica para condomínios com um modelo de negócio inovador e acessível, com baixo risco de crédito.

Descrição	R$
Ativos operacionais (a)	75.872
Passivos operacionais (a)	(51.867)
Intangíveis identificados:	
Marca	8.192
Carteira de clientes	82
Valor líquido de ativos identificados e passivos assumidos	**32.278**
Non-controlling Interest (NCI)	14.525
Valor justo das contraprestações transferidas	21.000
Ágio por rentabilidade futura	**3.247**

2. BASES DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS:

a) Declaração de conformidade (com relação às práticas contábeis adotadas no Brasil): As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Administração aprovou a conclusão das demonstrações contábeis em 18 de abril de 2024. As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão sendo apresentadas e divulgadas de acordo com o CPC 26R1 (apresentação das demonstrações contábeis). **b) Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos, os quais são mensurados pelo valor justo. **c) Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota nº 5** – Contas a receber; • **Nota nº 15** – Provisão para contingências; • **Nota nº 20** – Estimativa de valor justo dos instrumentos financeiros. **e) Gestão do capital:** A Sociedade busca alternativas de capital com o objetivo de satisfazer as suas necessidades operacionais, objetivando uma estrutura de capital que leve em consideração parâmetros adequados para os custos financeiros, os prazos de vencimento das captações e suas garantias.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS:

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação destas demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados: **3.1. Instrumentos financeiros: Ativo financeiro: • Classificação ativo financeiro:** No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (“VJORA”); ou (iii) Valor Justo por meio do Resultado (“VJR”). Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado no VJORA somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto. Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado. Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Sociedade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao VJORA ou mesmo ao VJR. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo. • **Reconhecimento e mensuração:** As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado. Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem. O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Sociedade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração • **Valor recuperável (impairment) de ativos financeiros – ativos mensurados ao custo amortizado:** A Sociedade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Sociedade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por impairment incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

João Alberto Bertin Sanches - Sócio Administrador

Thyago Areias Bissolotti - Contador - CRC 1SP 259092/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas e Administradores da **Trinity Energias Renováveis S.A.,** São Paulo – SP. **Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da **Trinity Energias Renováveis S.A. (“Sociedade”)**, que compreendem os balanços patrimoniais individuais e consolidados em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas dos resultados, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e das demais notas explicativas. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos se houver, dos assuntos na seção a seguir, intitulada como “Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas”, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acimas referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Trinity Energias Renováveis S.A.** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Conforme descrito na nota explicativa 1.3 “Combinação de negócios”, a Companhia adquiriu o investimento Kompass Energias Renováveis S.A, (“Kompass”) em 28 de dezembro de 2023, que está no montante de 21 milhões no balanço patrimonial na rubrica de investimento. Não examinamos, nem foram examinados por outros auditores independentes, até a data de emissão desse relatório de auditoria, as as demonstrações contábeis dessa investida, relativo ao exercício findos em 31 de dezembro de 2023 e não nos foi possível concluirmos sobre a adequação dos valores representativos desse investimento por meio de outros procedimentos de auditoria. Em decorrência desse assunto, não foi possível determinar se teria havido necessidade de efetuar ajustes nos balanços patrimoniais, individual e consolidado, em 31 de dezembro de 2023, assim como nos elementos componentes das demonstrações individuais e consolidadas do resultado, Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva. **Outros assuntos: Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Sociedade relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins comparativos, foram auditadas por nós, para as quais emitimos opinião sem modificação, na data de 10 de março de 2023. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade; • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração; • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional; • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam-as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de abril de 2024.

BDO

BDO RCS
Auditores Independentes SS Ltda.
CRC 2 SP 013846/O-1

Thiago Gonçalves Marques
Contador
CRC 1 SP 254881/O-8

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida.
As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Com Petrobras e Vale, Ibovespa sobe 0,75%, a 125,1 mil; na semana, cai 0,65%

Apesar do desempenho positivo nesta última sessão do intervalo, o Ibovespa acumulou perdas pela terceira semana consecutiva, refletindo a deterioração da percepção sobre o fiscal doméstico – com a revisão das metas para as contas públicas em 2025 e 2026, anunciada na última segunda-feira – e um cenário externo cada vez mais desafiador, pautado por incerteza sobre os juros americanos e persistência de tensão no Oriente Médio, entre Israel e Irã.

Assim, vindo de perdas de 0,67% e de 1,02% nas duas semanas anteriores, o Ibovespa recuou 0,65% em relação ao fechamento da última sexta-feira, então perto dos 126 mil pontos. Hoje, retomou o nível de 125 mil, ainda que o desempenho negativo dos grandes bancos – à exceção de Santander (Unit +2,75%) – tenha tirado dinamismo do índice, favorecido por Petrobras (ON +4,07%, PN +1,71%) – com a expectativa pela concessão de até 100% dos dividendos extraordinários retidos em março, na assembleia da próxima semana – e, em menor medida, por Vale (ON +1,64%) na sessão.

No fechamento, o Ibovespa mostrava alta de 0,75%, aos 125.124,30 pontos, entre mínima de 124.056,03 e máxima de 125.508,91, saindo de abertura aos 124.196,61 nesta sexta-feira. Em dia de vencimento de opções sobre ações, o giro financeiro foi a R$ 29,2 bilhões. No mês, o Ibovespa cai 2,33% e, no ano, cede 6,75%.

Dentre os componentes da carteira Ibovespa, destaque absoluto para Petz, em alta de 37,14% no encerramento, tendo em vista a assinatura de memorando de entendimento para possível fusão com a Cobasi. Outras ações cíclicas também foram bem na sessão, com destaque para CVC (+6,67%) e Alpargatas (+5,88%). Na ponta oposta, Embraer (-2,86%), Transmissão Paulista (-2,66%) e JBS (-1,38%).

“Hoje a agenda de dados esteve mais vazia, sem nenhuma divulgação relevante, no Brasil como também no exterior – o que diminui o potencial para ‘más notícias’. A gente vem de uma sequência ruim, com um fluxo de notícias bem negativo quanto aos juros, aqui e fora, além da retomada da tensão no Oriente Médio desde o fim da semana passada”, aponta Larissa Quaresma, analista da Empiricus Research.

Dessa forma, nesta sexta-feira, a relativa descompressão também no câmbio – com o dólar em baixa de 0,97%, ainda perto de R$ 5,20 – e na curva de juros, no exterior e no Brasil, contribuiu para o avanço tanto de ações correlacionadas à economia doméstica como também dos papéis expostos a demanda e preços formados fora do País, como os de commodities. Assim, o índice de consumo fechou em alta de 1,03% e o de materiais básicos, com exposição ao exterior, de 1,73% na sessão.

IstoéDinheiro

Negócios

Petz e Cobasi anunciam acordo para fusão

Os dois gigantes do mercado pet no país anunciaram na sexta-feira (19) que estão em negociações para uma fusão. Petz e Cobasi, que juntas somam 483 lojas de produtos e serviços para animais de estimação, assinaram um memorando de entendimentos não vinculante (MOU) para reunirem seus negócios, formando um conglomerado com faturamento anual de R$ 6,9 bilhões.

"A operação implicará na união de duas companhias com modelos de negócios e direcionamentos estratégicos similares, com o fortalecimento da omnicanalidade na plataforma combinada, ganho de escala e potencialização da estratégia comercial", afirmou a Petz, em fato relevante.

Após o comunicado, as ações da Petz dispararam e passaram a liderar as altas no Ibovespa, o principal índice da Bolsa brasileira. Às 13h, os papéis da companhia subiam 46%, para R$ 5,12.

Segundo Sergio Zimerman, presidente da Petz, o modelo Raia Drogasil que uniu as rivais do varejo farmacêutico em 2011, para dar origem a um negócio que hoje fatura mais de R$ 36 bilhões e soma 3.000 lojas foi o que inspirou o acordo.

"É um modelo de sucesso, que manteve as marcas independentes, como nós queremos fazer", afirmou o executivo, durante teleconferência para analistas e investidores na manhã desta sexta. O evento não teve a participação de representantes da família Nassar, que comanda a Cobasi. A princípio, segundo Zimerman, a ideia é que ele assuma o conselho de administração da nova empresa, enquanto Paulo Nassar, presidente da Cobasi, seja o CEO da companhia resultante da fusão.

Zimerman comemorou o fato de ter como presidente do conselho da Petz o consultor Claudio Roberto Ely, que foi presidente da Drogasil durante o processo de fusão com a Raia. "Ele nos ajudou muito na elaboração do memorando de entendimentos e deve nos ajudar a costurar a fusão", disse.S

Zimerman afirmou não ter um estudo sobre potenciais sinergias entre as empresas e que as negociações para concretizar a fusão devem demorar entre 60 e 90 dias.

Daniele Madureira/Folhapress

Líder global em adesivos e selantes, Henkel constrói centro de pesquisa em SP

José Antônio de Castro Filho vem quebrando alguns paradigmas à frente da operação da Henkel Brasil. De pequenos a grandes. A companhia de origem alemã, líder global em adesivos, selantes e revestimentos funcionais e dona de marcas como Loctite, Persil, Pritt, Bonderite e Schwarzkopfal, carrega em sua cultura as bases corporativas do país europeu, mais engessadas a regras e menos maleáveis a adaptações. Mas o executivo, na empresa há 38 anos, quatro deles na presidência, tem dado um toque de brasilidade na condução dos processos. A começar pelas paredes da sua sala, ainda na antiga sede da companhia, em Diadema (SP) — hoje está no bairro paulistano da Lapa. O padrão branco disseminado por toda companhia ganhou um espaço colorido, com pintura na parede e decoração que remetem ao automobilismo, uma paixão de José Antônio.

Ele já correu de kart com o eterno ídolo Ayrton Senna. Não virou piloto como gostaria, mas tornou-se referência no setor em que a Henkel atua. Até ganhou um apelido carinhoso no mercado: Zé das Colas. E entre as grandes transformações que conduz, uma tem ganhado notoriedade. A construção de um centro de pesquisa de desenvolvimento, na cidade de Jundiaí, em São Paulo. Será o primeiro centro integrado de inovação e tecnologia da empresa na América Latina. "É um divisor de águas para a Henkel. Vai colaborar com inovação tanto para o Brasil quanto para nossas operações mundo afora, ao testar e criar produtos sob demanda, em parceria com a indústria", disse José Antônio. O Henkel Latam Inspiration Center vai subverter uma lógica do mercado, que não é exatamente uma novidade para a Henkel. Hoje, a maioria das indústrias lança um produto no mercado e quem precisa dele compra. Na companhia alemã, muitos itens são desenvolvidos a partir da necessidade dos clientes. "Nossos parceiros trazem os problemas e nós estudamos juntos as soluções", afirmou o executivo. "Ainda fazemos muitas experiências na sede dos clientes. Vamos centralizar em casa esses testes."

IstoéDinheiro

Sam's Club cresce 40% em 20 meses e deixa de ser 'segredo bem contado'

Sem concorrência no Brasil, o clube de compras Sam's Club funcionou durante quase 30 anos como uma espécie de "segredo bem contado", diz Claudia Vilhena, diretora sênior de Marketing, Membership e Loyalty na empresa, que desde junho de 2022 é parte do grupo Carrefour.

Vilhena chegou ao grupo em maio, um mês antes da aquisição até então o Sam's Club era do grupo Big, antes, do Walmart com a missão de transformar o ingresso de sócios e lançar mão da base de dados do clube de compras.

A percepção, àquela altura, era de que a empresa ainda era desconhecida de muita gente.

"O Sam's era quase um segredo bem contado. Ele estava lá, não era divulgado, não tinha uso de dados", afirma. "O sócio não sentia que quer ser sócio e compartilhar seus dados trazia alguma vantagem."

Desde a aquisição pelo Carrefour, a base de associados bateu a marca de 3 milhões de pessoas, um crescimento de 40% em 20 meses.

O avanço vem puxado principalmente pelo uso de dados dos sócios, a adoção da aquisição digital (qualquer um pode se associar pelo site) e por mudanças na atuação do time de aquisição física. Ao invés de, por exemplo, passar o dia em uma empresa convencendo funcionários a ser tornarem sócios, os representantes do Sam's Club passaram a ir diretamente aos departamentos de recursos humanos propor que a associação seja um benefício corporativo.Segundo Vilhena, essas medidas substituíram o que antes era visto como uma espera de crescimento orgânico, aquele que acontece sem muita intervenção da empresa, apenas no boca a boca.

O uso de dados foi aplicado em diversas frentes. Em uma, foi possível personalizar o NBO, sigla em inglês para "a próxima melhor oferta", e definir perfis muito detalhados da clientela.

"Nosso algoritmo interno entende se a pessoa vem às segundas, se é vegetariana ou se é mãe", diz a diretora.

Com essas informações, o sistema do clube consegue identificar, por exemplo, que outras pessoas com aquele mesmo perfil compram um produto que essa consumidora nunca levou para casa.

Fernanda Brigatti/Folhapress